

## PREÂMBULO

### CANIÇOS NA MARGEM DO RIO

Vivemos um mundo e um tempo babélicos (GN 11), uma era confusa, linguagem frequentemente violenta, onde se mesclam ideias em si antagônicas, dissonantes, envolvendo até mesmo religiosos, que na ânsia de recrutar prosélitos e apropriar-se de inebriantes dízimos, incutem ensinamentos dúbios, sectários, deturpando-se preceitos sacros em si inalienáveis. Fé e poder temporal não se afinizam. Efêmeros, inconfiáveis os projetos que nos são apresentados, lideranças questionáveis, ambíguas. Arquitetos e edificadores da torre de marfim, mestres de obras – muitos deles tiranos, déspotas, corruptos rotulados de autoridades e até “de homens de Deus”, levando operários ao tropeço, ampliando medos, promovendo dissensões. Não se pode sacralizar o que, em si, é espúrio! No sistema capitalista espoliativo, muitos maximizam seus interesses individuais em detrimento dos interesses de toda a coletividade. A predominância absoluta do econômico. A coisificação do homem pela sociedade de consumo, numa visão estreita e manipuladora do mercado. Enfim, retrato de uma sociedade enferma, de um Estado a serviço do capital escuso e da mistificação.

O ser humano e a democracia - esta conquanto regime político em sua dimensão genuinamente humanista - têm prevalência e instrumentalização anteriores ao Estado burguês, ao capitalismo predatório e ao autoritarismo dogmático. A pessoa humana – em sua concepção antropológica, etiológica, com embasamento no Cristianismo – contém características básicas, especiais, inquebrantáveis: substancialidade, pessoalidade, racionalidade, cosmicidade, espiritualidade. Engloba o ser humano, ademais, duas dimensões existenciais: individual e social. Não há, não pode haver liberdade absoluta, muito menos a econômica, porquanto há valores hierárquicos superiores e essenciais, dentre eles a vida, a dignidade humana, a espiritualidade, o trabalho, a livre iniciativa, enfim o reconhecimento das múltiplas manifestações que conformam a sociedade. Compete a todos, mais regimentalmente ao Estado e seus agentes políticos, o dever de harmonizar as relações e conflitos de interesses, limitando abusos, estruturando a economia de forma a se promover o bem comum, a geração eficiente de emprego, renda, dignidade de vida para todos os segmentos sociais, não apenas para oligopólios.

Não nos aprofundamos, na verdade, na essência das coisas. Caniços, ainda que chamativos, à beira do rio sem raízes entranhadas. Uma existência de superficialidades, de interesses imediatistas, de labirintos, esquecendo-nos de nossa interioridade, nossa verticalidade, sacralidade, universalidade. A vida se perde, destarte, num corre-corre estressante, mergulhados em negócios (quantos deles lodosos!), preocupações com status, “ampliar celeiros” (Lc 12, 16-21) emprestando-se pouca importância ao próximo, ao meio ambiente, à natureza e primordialmente à alma. Estreitezas no pensar, no sentir, no amar, onde desejos altruístas, percepções humanistas, salvíficas são desconsideradas.

Somos/sejamos, todavia, arautos da esperança, da fé, profecia, alento. Como menciona a Bíblia, embora enfrentemos dificuldades, Deus faz com que caminhemos por lugares altos (Habacuc 3:19). Cabe-nos agir com energia, convicção, idealismo porquanto temos um projeto superior para nós e a sociedade. O que necessitamos e almejamos é, em suma, conversão, ressurgência, reconciliação, iluminação, perseverança (II Co 4,16), pois o Senhor, entremeio à nossa labuta vivencial, nos manifesta incondicionalmente Sua Bondade, envia-nos chuvas e colheitas no tempo certo, concede-nos fartura, um coração cheio de alegrias (At 14:17 / I Tm 5,6 / Lv 26,4 / Dt 11-13 / Ez 36,26).

### Minas

No início do século XVIII, havia a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. O território, desmembrado, daria origem a São Paulo e Minas Gerais – uma área que, ainda no século XVII, já recebia expedições de “entradas” e “bandeiras” em busca de metais valiosos. Ou melhor, de riquezas que passaram a ser abertamente exploradas e remetidas para fora do Brasil. Todo esse contexto deu origem a capítulos importantes da nossa história, incluindo a Inconfidência Mineira. Mas se engana quem pensa que os efeitos de tudo isso ficariam restritos às páginas da História progressa. Em tempos recentes, desastres como os de Mariana e Brumadinho se provam como herança daquele tempo.

Pág. 4

### Seu Preste e Dona Nuna

“Em um Mundo Perdido, na Rua Joaquim Marques da Silva, 406, quase na confluência com a Rua Governador Valadares, hoje Praça Vereador Edilson Barbosa também conhecida como Praça do Magá, aqui em São Tiago, existia a casa do Preste e da Nuna, meus avós paternos”. Em artigo colaborativo desta edição, o engenheiro civil aposentado Fabio Caputo fala sobre memórias afetivas, tempo, patrimônio e perda. Confira na

Pág. 9

### Borrachas e canetas

Quem viveu para ter no estojo uma borracha de duas cores pode ter sido vítima de “fake news” ainda na escola. Afinal, ao contrário do que se pensa, a parte azul não foi feita para apagar tinta esferográfica. Esse fato muitos descobriram do pior jeito: rasurando folhas de papel do caderno. E aquele furinho na tampa da caneta? Neste boletim, você vai descobrir que ele pode até salvar vidas.

Pág. 12

### O ano do Coelho

“O Ano Chinês é medido com base no calendário lunar e corresponde a 12 ciclos da Lua. O próximo Ano Novo Chinês tem início em 22 de janeiro de 2023 e termina em 9 de fevereiro de 2024.

Após um período agitado regido pelo Tigre em 2022, o ano do Coelho promete mais gentileza e serenidade”.



Pág. 19

# ADIVINHAS

- 1- Qual é a pedra que fica em cima da água?
- 2- Qual é a casinha que tem 2 janelinhas?
- 3- Ouro não é, prata não é, abre a cortina e verá.
- 4- No meu jardim existe 3 pés de alface, 1 de pepino e 5 de cenoura. Quantos pés eu tenho no total?

Respostas: 1- Pedra de gelo; 2- Nartz; 3- Banana; 4- Eu tenho dois pés

## Provérbios e Adágios

Onde se ganha o pão, não se come a carne

A Justiça é cega, mas não é surda.

Não acredito em bruxas, mas que elas existem... existem!

Galinha de casa não se corre atrás, pega-se no poleiro.



### Para refletir

• A verdade é que existem dois tipos de homens em todo o mundo: os poucos que já perceberam o esquema divino poderoso e as imensas massas que ainda não O conhecem. Os últimos vivem para si mesmos e estão sobremaneira escravizados para suas paixões; os primeiros vivem para Deus e para a evolução, que é a SUA VONTADE e independe se são chamados budistas ou hindus, muçulmanos ou cristãos ou pensadores judeus. (Rudyard Kipling – escritor inglês).

• Um fio invisível conecta os que estão destinados a se reconhecer independentemente do tempo, lugar ou circunstância, o fio pode esticar ou emaranhar-se, mas nunca irá partir. (Antigo conceito oriental: o fio vermelho do destino).

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

*O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.*

*Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Fabiana Diéle.*

*Coordenação: Ana Clara de Paula*

*Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.*

*Apoio: Davy Antonio Silva Reis*

*Revisão: Fábio Antonio Caputo e*

*Sandra Regina Almeida Caputo*

*Jornalista Responsável:*

*Marcus Santiago – MTB 19.262/MG*

*E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br*

Realização:



Apoio:



## AO PÉ DA FOGUEIRA

### O “SÓCIO”

José Tomé Caputo, cidadão íntegro, trabalhador modelar, chefe de família, tinha pequena chácara próxima à Fonte do Buraco, onde cuidava de umas duas ou três vacas leiteiras.

Ao amanhecer, já estava ele ordenhando as vaquinhas, cuidando dos bezerrinhos e aves.

Isso porque como estimado e respeitado funcionário público, às sete horas estava na Prefeitura onde atuava na área de serviços em geral.

Certa feita, foi-lhe determinado vistoriar a linha telefônica entre São Tiago e Bom Sucesso, trabalho feito por terra monitorando-se as dezenas de postes e quilômetros de fios entre as duas cidades.

Vinha ele observando o sumiço de parte do trato das criações, naqueles tempos à base de milho, fubá. O pior – as vacas, por melhor tratadas, produzindo reduzida quantidade de leite. O que estaria acontecendo?

Ante a árdua tarefa de vistoriar a rede telefônica, tendo que sair cedinho de São Tiago, José Tomé teve que levantar-se pela madrugada para cuidar dos animais. Chegando ao pequeno curral uma surpresa: alguém estava ordenhando as vacas pego ali com cordas e balde na mão.

Estupefação maior: o “sócio” era conhecido e respeitado, cidadão local, um empresário na verdade acima de qualquer deslize.

Constrangimento total!



### FALSO FORNECIMENTO

Pessoas que vivem de eventos espúrios, oportunistas e se adaptam a qualquer situação em qualquer lugar, sempre objetivando tirar vantagens ilícitas, observam/analisa as fragilidades de usuários incautos ou nas estruturas operacionais das empresas com as quais mantem vínculos dali auferindo ganhos consideráveis.

São Mariano, aí pelos idos de 1980, grande produtor rural do Oeste Mineiro, homem de intensas posses, cortejado por bancos e investidores. Recebe, certa ocasião, em sua empresa, uma oferta do Banco Oficial para financiar máquinas agrícolas com pagamento em leite – ou seja, ou empréstimo quitado em parcelas mediante retenção de x litros de leite/dia fornecidos pelo produtor.

São Mariano respondeu ao estabelecimento bancário que havia um equívoco pois não era mais produtor/fornecedor de leite, atividade por ele desativada há mais de três ou quatro anos.

Apurado o fato, descobriu-se uma poderosa rede de fraudes em laticínios da região envolvendo funcionários, carreteiros, um prejuízo milionário à época. O nome de São Mariano era/fora utilizado, há anos, como “laranja” num gigantesco esquema de estelionato.



**ROSALVO PINTO** nasceu em Resende Costa-MG, em 1942. Paralelamente ao bacharelado em Filosofia, licenciou-se em Letras Anglo-germânicas pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del Rei (atual Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ). Licenciou-se também em Teologia, pelo "Studium Theologicum de Córdoba, adscripto a la Pontificia Universidad Católica de Argentina". Fez o curso de especialização em Linguística na Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Realizou seu mestrado, na mesma área, na Universidade de Brasília (UnB). É doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio na Universidade de Genebra, Suíça. Trabalhou por dez anos no projeto de criação e consolidação do ensino superior em Governador Valadares, como professor, chefe de departamento e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, participando do processo de implantação da Universidade do Vale do Rio Doce (Univale), da qual foi vice-reitor. Transferindo-se para Brasília,

integrou o Centro de Desenvolvimento de Apoio Técnico à Educação (CEDATE), do Ministério da Educação, atuando na área de projetos técnicos de infraestrutura das redes de escolas técnicas e de universidades federais, executando projetos financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e por acordos com a França, a Alemanha Oriental e a Hungria. Foi, por concurso, professor do Departamento de Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Também por concurso público de provas e títulos foi, por nove anos, consultor legislativo do Senado da República. Fixando-se em Belo Horizonte foi, por seleção de experiências e títulos, professor de Linguística da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Até recentemente era professor voluntário-colaborador na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG) e sócio-diretor de redação do Jornal das Lajes, de Resende Costa.

## Papai não sabia fritar um ovo

por Cláudio Ruas

Nem fazer café. Desde muito tempo já tinha daquela cafeteira italiana tipo moka, que simplificava o processo. Comia feliz um pão dormido, sem nem mexer com esquentar na frigideira. Sobrevivia um dia inteiro na roça quase que só chupando laranja e tirando gosto com azeitona. Certa feita, ainda recém-casado, foi passar um bife e quase colocou fogo na casa. Papai não sabia fritar um ovo. Mas nunca foi por preguiça. Aliás, essa palavra nem existia no vocabulário dele. Sua relação com a comida e a gastronomia era peculiar e, sobretudo, muito simples (e não menos grandiosa por isso).

Começou sua vida já enfrentando a pobreza em casa. Mas teve pais lutadores que se viravam para plantar e preparar comida boa, mineira e "de quintal", com quase nenhuma carne e muito "feijão, angu e couve" (você já leu esse livro do Eduardo Friereiro? Leia!). Cresceu forte e, aos precoces onze anos de idade, saiu de casa para estudar no seminário em São João del-Rei, onde passou fome, inclusive. Não aguentava mais comer abóbora todo dia! Ainda no seminário, começou a rodar o mundo, viveu em vários lugares e vivenciou suas comidas e hábitos diversos. Virou-se como pôde nas repúblicas da vida, mas continuou sem saber fritar um ovo.

O tempo passou, as dificuldades financeiras foram ficando para trás, porém o seu gosto pela simplicidade culinária permaneceu firme. Até nas duas únicas coisas que não gostava de comer ele foi simples, pois bacalhau e camarão sempre foram ingredientes caros! Comia de tudo, não reclamava de nada e quase não tinha aquela história de comidas especiais e favoritas. Como um bom mineiro raiz, tinha obviamente uma grande adoração por um frango caipira enopado com quiabo e angu. Falava muito também na famosa vagem com ovos que sua mãe fazia. E ficava bem feliz quando comia um espaguete ao alho e óleo, além dos doces, claro, como o de cidra, figo e pé de moleque. Viajou o mundo todo, frequentou jantares e eventos refinados em função do seu trabalho, mas nunca foi de ir por conta própria a um restaurante mais granfino. Na verdade, sua grande paixão era comer um bom PF! Como ficava feliz com isso, especialmente quando descobria um lugar novo, normalmente numa quebrada.

Talvez seu ritual gastronômico predileto tenha sido ir a um boteco copo sujo para beber uma cerveja e uma pinga em pé ao balcão, comendo um tira-gosto de estufa. Inclusive, fazia isso sozinho, mas em um instante já arrumava um companheiro de prosa no lugar. Gostava de toda sorte de bebidas; no entanto, como um bom filho de Minas, era um grande apaixonado e entusiasta pela cachaça. De preferência, da branca, sem muita interferência de madeira no envelhecimento — e sempre dizia: "A pinga quando é boa não precisa de madeira não".

Papai sabia fazer muita coisa. Fez de tudo na vida. Menos cozinhar. Mas, mesmo assim, conseguiu alimentar muita gente ao longo da sua jornada. Não só de comida, mas de ajudas e oportunidades, de cultura, de alegria e de muito amor. Inclusive, provavelmente por não saber cozinhar, ele me fez cozinheiro. Comecei a cozinhar no início da adolescência, quando íamos só nós dois para a roça. Tomei gosto pela coisa e até mudei radicalmente de vida por conta da paixão pela gastronomia. Vim até parar aqui, na coluna desse jornal, também graças a ele, que me ensinou a escrever.

Dentre os incontáveis privilégios de uma vida ao lado desse grande homem que foi o Rosalvo do Góes, uma das coisas que mais me alegrou foi ter tido a oportunidade de cozinhar muito para ele. Como bem disse o escritor Mia Couto, "Cozinhar é uma forma de amar os outros". E essa foi a melhor forma que encontrei de amar a sua pessoa e tentar retribuir um pouco de tudo que fez por mim e pelo mundo.

Papai não sabia fritar um ovo. Azar do ovo, né?



Rosalvo do Góes, no Mercado Municipal de Itajubá.

## Morreu-nos Rosalvo

João Bosco de Castro Teixeira\* 23/11/2022

Há pessoas sobre as quais falar é muito fácil. E, também, muito difícil.

Com Rosalvo é assim. Fácil falar dele, porque lhe sobram virtudes. Difícil, porque não há novidade, para ninguém, no dizer qualquer coisa sobre ele.

Atrevo-me, entretanto.

Havia em Rosalvo uma atitude admirável: cada um que dele se aproximasse tinha a impressão de que Rosalvo só existia para esse seu interlocutor. Cada um se realizava nele, porque para cada um ele se fazia presente, compassivo, solidário. Cada um se encontrava nele. Ora, isso não é qualquer coisa. Pelo contrário, isso é tudo. Nada mais as pessoas pedem na vida que aquilo de se sentirem presentes. Rosalvo se fazia presença para cada um. Quem conviveu com ele pode dizer na alegria: Rosalvo me sabia, ele entendia de mim. Que beleza!

Por isso é que, quando ainda jovem nos seus vinte anos, aqueles alunos dos colégios salesianos em que Rosalvo trabalhou tinham-no como modelo. Seus alunos queriam ser como ele. A serenidade com que Rosalvo levava a vida, mesmo na função de superior, deixava todos com a sensação de que podiam ser como eram, sem precisarem se esconder em falsidades, em comportamentos submissos. Rosalvo aparecia para seus alunos como possuidor de virtudes e qualidades a serem constitutivas das próprias vidas. Rosalvo transmitia paz.

Nós, seus colegas e contemporâneos, nos deixávamos admirar pela tranquilidade, pela serenidade exuberante. A dimensão científica, de que era possuidor, não empalidecia em nada a humanidade de que era portador. Mas nós, colegas, sabíamos também de um detalhe extraordinário, não muito perceptível: Rosalvo tinha precioso senso de humor. Mais: tinha uma dimensão irônica frente aos absurdos existenciais. Não deixava de vivenciá-los. E até sofrer com eles. Em nossas vidas de seminaristas, cursando teologia, passamos por momentos difíceis. Eram os complicados anos da década de sessenta. Rosalvo, na sua reserva, sabia chegar a cada um como parceiro inconfundível, quando não como mentor de variadas rebeldias. Com sua dedicação ao estudo, com seu respeito ao ordinário da vida, se não se envolvia em determinadas situações, também não deixava de trazer o apoio, a força e a coragem para aqueles mais afoitos que estavam enfrentando momentos adversos. Ele sabia se reservar para momentos maiores.

A morte configura o completo esvaziamento de nossas vidas. Mas ela é a condição para nosso nascer para Deus, quando já não teremos Deus sobre nós, mas Deus em nós. Rosalvo já usufrui dessa realidade.

Em nossas vidas, ou em nós, há pedaços dos outros que nos completam. Rosalvo viveu em tanta profundidade a solidariedade, que deixou pedaços na vida de tantos. Agora, ausente, estamos empobrecidos, pois sentimos que, com ele, foi-se algo de nós. Consola-nos saber que nos levou consigo.

Falei quase nada do que Rosalvo foi. Beth falaria muito mais. E eu não negaria nada.

É triste, mas morreu-nos Rosalvo.





## MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS - UM POUCO (OU MUITO) DE SUA HISTÓRIA

Desde o final do século XVII, expedições chamadas “entradas” e “bandeiras” vasculharam o interior do território mineiro em busca de metais valiosos (ouro, prata, cobre) e pedras preciosas (diamantes, esmeraldas etc.). Estima-se que cerca de 3.000 toneladas de ouro foram entregues/enviadas para a Metrópole, riqueza, que, na prática, seguia quase que diretamente para a Inglaterra. O ouro das Minas tornou a região a mais importante e populosa da Colônia e um grande polo econômico, fazendo com que a colonização adentrasse o território, promovendo o surgimento de cidades em torno aos núcleos mineradores, criando uma nova dinâmica urbana e um vigoroso comércio interno, inexistente nas demais regiões, em particular nas açucareiras nordestinas<sup>(1)</sup>.

Os dramáticos fatos vivenciados em nossos dias, com a ruptura de barragens de rejeitos de minérios - como recentemente as de Mariana e Brumadinho - ceifando preciosíssimas vidas, aniquilando o meio ambiente podem ser conectados/subsidiados historicamente, mormente pelos relatos de viajantes sobre nossas primitivas formas de mineração, muitos deles naturalistas ligados a sociedades europeias de geografia e ciências e que passaram por nosso território no século XIX.

O Barão de Eschwege, um desses autores, empresário mineralogista, buscava melhorar as técnicas de minerações e de fomento à produção e aproveitamento do ouro, tendo ele arrematado em hasta pública (1819) a mina da Passagem (entre Ouro Preto e Mariana) que se constituiria na primeira empresa de mineração do País, cujas atividades se desenvolveriam até 1821<sup>(2)</sup>. A presença de cientistas estrangeiros na região das “Minas” e suas observações apontavam que o ouro estava abaixo da terra e eram necessárias técnicas de mineração subterrânea como a formação de galerias<sup>(3)</sup>. Ante a falta de recursos e de tecnologia por parte dos investidores brasileiros, ao lado das políticas fisco-tributaristas perversas impostas pelo Império, assistimos à atuação de empresas estrangeiras em sua maioria de capital inglês e francês, sendo que muitas delas sucumbiram, restando praticamente a Mineração Morro Velho que atua em Minas desde 1830. A preponderância estrangeira, em termos de avanços siderúrgicos, também se explicava pela ausência de “cursos de engenheiros e capitães de minas”, ou seja, despreocupação e desleixo para com o know how tecnológico e intelectual por parte do Estado e ainda segundo Paul Ferrand<sup>(4)</sup>, um dos últimos estrangeiros a passar por Minas (1882), o despreparo da mineração na Província se deveu à omissão da Coroa Imperial que se descuidou de uma política de regulamentação mineral e de apoio às mineradoras, o que demandaria, decerto, a presença de técnicos estrangeiros habilitados. A Coroa, porém, jamais se esqueceu de recolher tributos e de

coibir as atividades dos mineradores mineiros (basta ver/analisar a imensa legião de leis e instruções reais transmitidas pela Coroa aos governadores provinciais esbirros, isso sem se falar no rumoroso processo de Tiradentes e Inconfidência Mineira)<sup>(5)</sup>. “O ouro, retirado da terra, saía da Província para nunca mais voltar e ia enriquecer os comerciantes de Londres e Lisboa” (Saint-Hilaire).

A exploração do ouro nas “Minas Gerais” foi efetivada inicialmente, como sabemos, de forma muito primitiva pelos sertanistas e aventureiros que, munidos de bateia, faziam a cata das pepitas retiradas dentre os cascalhos dos córregos – a descerem dos morros e encostas – ou ainda dentre as camadas de aluvião principalmente nos períodos chuvosos. Ante a erosão provocada, passou-se ao uso de andaimes, tendo a força da água – ao trazer das rochas o minério e o cascalho a serem minerados – formado voçorocas, ainda hoje visíveis a céu aberto em várias partes de nosso território<sup>(6)</sup>. A terra dos morros era “lavrada”, ou seja, removida para dela se soltarem os torrões de tapunhacanga (ou simplesmente canga).

José Vieira do Couto (Diamantina 1752-1827) - designado no final do século XVIII pela administração portuguesa para estudar as causas da decadência da mineração do ouro em Minas Gerais - é duro, quando não irônico, ao afirmar que o motivo (do declínio) era a “ignorância dos mineiros na sua profissão” ao se “descuidar de se instruir em tempo”, dados apenas ao extrativismo, “a arranhar as superfícies e que as veias dos metais se achavam intatas no seu centro”. E pergunta: “A isto devemos chamar minas? Cabe-lhes antes e melhor o nome de lavras que lhes dão e não de minas (...). E o mesmo digo dos nossos mineiros, pois nada lhes quadra menos que tal nome: são mineiros que jamais perdem o sol de vista” (o mineiro, segundo o autor, só trabalhava na superfície e ao longo da claridade do dia, meramente extrativista e imediatista, não se atendo, momento algum, à parte técnica ou de gestão de médio e longo tempo)<sup>(7)</sup>.

### NOTAS

(1) “Houve um tempo em que o ouro se encontrava com tanta abundância nos arredores de Vila Rica, Sabará, Vila do Príncipe que para descrever a riqueza dessas zonas, ainda hoje se repete com saudade que quando se arrancava uma touceira de capim e se sacudiam as raízes, caía ouro em pó de mistura com a areia” (Auguste de Saint-Hilaire – “Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”).

(2) Em 1814, o Barão Von Eschwege inventariou pelo menos 565 lavras das quais 228, cerca de 40% na rocha e 337 em cascalho nos leitos dos rios, auferindo uma produção de aproximadamente 820 quilos de ouro (“Pluto Brasiliensis” 2 vol. Itatiaia/Edusp, 1979).

(3) Segundo Douglas Cole Libby, há registros de mineração subterrânea desde as décadas de 1760-1770, embora sem maiores cuidados com a segurança. “As catas ou galerias de direção tencionavam seguir diretamente



os veios em seus meandros no subsolo. Os problemas e perigos eram muitos e a ausência de cuidados quase total. No afã de chegar logo ao precioso ouro, era nula a preocupação com o escoramento das escavações angulosas e os desmoronamentos eram frequentes. Na época das chuvas as infiltrações de água tornavam-se incessantes, às vezes transformando-se em enchentes que paralisavam as operações. Mesmo nas escavações mais profundas, não havia dutos paralelos para aumentar a circulação do ar ou ventiladores para combater o calor intenso. O transporte do minério bruto até a superfície era efetuado por escravos que o carregavam em carumbés (vasilhas ou gamelas cônicas) sobre as cabeças (...) cabiam aos escravos, armados de brocas e picaretas, arrancar o minério bruto da rocha (...) foi em associação a esta mineração subterrânea primitiva que se utilizou, pela primeira vez, o pilão de trituração. Era a trituração a seco, sem resultados mais substanciais, a não ser a economia de alguma mão de obra. Como se vê, a mineração havia se tornado mais complexa, mas de modo geral, sem redundar em avanços na produção” (“Metalurgia” 2003).

(4) Obra “O ouro em Minas Gerais – 1882”, Belo Horizonte, Fund. João Pinheiro, 1998 (disponível em edição digital).

Richard Burton faz referências à presença, a partir de 1828, de mineradoras inglesas na região de São José del-Rei (Tiradentes) “Viagem aos Planaltos do Brasil”, vol. I, p. 221.

(5) O governo real, com a ascensão de D. João VI ao trono, ao invés de trazer os avanços tecnológicos esperados e sobejamente utilizados na Europa, passou a controlar ainda mais e ferreamente as atividades de mineração nas “Minas Gerais”. O aparato administrativo preocupava-se apenas com a fiscalização e a repressão. É o que apontam historiadores e estudiosos da evolução mineradora em nosso Estado. “O Estado se realizava na função de tributar” (Francisco Iglesias). Tal mentalidade de apenas taxar impostos e reprimir (fisco e justiça sempre de mãos dadas), em vez de investimentos e fomento à produção, é próprio do Estado brasileiro praticamente até os dias atuais, onde se cuida quase que unicamente de salários e mordomias para os ocupantes do poder. O ouro escaparia, todavia, por vários meios de contrabando, ferozmente combatido pelas autoridades colonizadoras.

A política econômica de D. João VI (alvará de 03-05-1803) manteria a proibição da circulação do ouro em pó usado como “moeda” circulante nas transações comerciais e seu rígido controle pelas Casas de Fundação e Permuta. Pelo decreto de 04-08-1808, D. João VI instituiu a Casa da Moeda no Rio de Janeiro, um banco com o capital ou fundo de 100:000\$000 (cem mil contos de réis) para permutação das barras de ouro existentes nas mãos de particulares. Um novo alvará datado de 01-09-1808 ordenava a circulação, em todo o Reino, de moedas de ouro, prata e cobre com a proibição total e sob severas penalidades do curso do ouro como moeda; no dia 12-10 do mesmo ano, novo alvará regulamentava a confecção de bilhetes impressos (papel moeda) para a conversão/troca do ouro em pó nas Casas de Permuta. Havia seis modalidades de bilhetes impressos valendo 1, 2, 4, 8, 12 e 16 vinténs de ouro em pó, correspondendo, respectivamente, a 75, 75, 150, 300 e 450 réis e que passaram a funcionar como moeda corrente, havendo em Minas Gerais 4 casas de Permuta; nas vilas e povoações remotas, com a vigência de faisqueiras e garimpos, os intendentes das fundições ficaram encarregados de escolher as pessoas de “maior abonação e probidade” daquelas localidades, incumbindo-lhes o resgate e permuta de ouro (Raimundo Cunha Matos – Corografia Histórica da Província de Minas Gerais – 1837” vol. 1, BH, Imprensa Oficial 1979).

A exigência de que o ouro em barra fosse/girasse como o balizador da moeda, devendo ser levado à Casa da Moeda para ser amoedado e convertido (troco ou câmbio) seria desastrosa, aumentando os extravios de ouro e dando lugar à vasta falsificação dos bilhetes. Eram sumamente complexas as normas e rotinas a serem observadas pelos intendentes e funcionários nas casas de fundição e de permuta, com o controle e recenseamento do ouro fundido, sua conversão e registro diário e pormenorizado de entrada e saída, tudo lançado em conjuntos de livros denominados “Extratos de Partidas de Ouro manifestadas e fundidas”. As casas de Permuta deviam remeter o ouro em pó para a Casa de Intendência, a cuja jurisdição pertencesse, o que exigia escolta e acompanhamento por soldados da tropa de linha. Enfim, um custo onerosíssimo!

Em 1813, novo golpe na economia mineira: o governo real ampliar a o chamado “privilegio da Trindade”, tornando impenhoráveis o escravo e a mina de ouro, gerando enormes prejuízos nas relações comerciais, em que milhares de credores simplesmente passaram a não honrar seus compromissos.

(6) Eram, entre nós, formas feudais – portanto defasadas - de extração do ouro, enquanto a Revolução Industrial passara pelo processo de transformação, envolvendo considerável evolução tecnológica – a substituição de ferramentas por máquinas, a energia humana pela força motriz, a produção manual-doméstica pela fabril.

Ao lado da mineração a céu aberto e de galerias, um grande número de pessoas dedicavam-se à garimpagem, explorando minas abandonadas ou aquelas de pouca qualidade conhecidas como faisqueiras. Gente que andava “a gandaia”, deslocando-se de modo itinerante, atividade vista como clandestina ou ilegal pelo governo provincial que, frequentemente, confiscava

parte ou todo o ouro encontrado, além de proibição de circulação do ouro em pó, substituído pela circulação de cédulas ou “bilhetes de papel”

(7) Segundo José Vieira do Couto, os mineradores tinham horror a entrar num poço e de se guiar pelo clarão de uma candeia; assim, ao seguirem um veio aurífero, através do sarilho, alcançando-se determinada profundidade, o material era alçado para a superfície, onde em talho aberto, abriam uma enorme vala com a utilização de água para exposição/beneficiamento dos veios auríferos. Tal tipo de mineração exigia uma grande quantidade de água, que era conduzida através de canais armazenados acima da mina e liberada em tempo determinado onde o ouro se achava retido e processado.

(Obra “Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais”, Belo Horizonte, Fund. João Pinheiro, 1994).

A mineração sempre foi um dos setores que mais sonegam impostos, destroem os recursos naturais. Empreendedores do setor, sejam empresários de coturno ou garimpeiros extrativistas, situam-se como sonegadores e predadores ambientais. O Brasil perde cerca de 300 bilhões de reais/ano com a evasão de minérios (contrabando, em especial), dentre eles o nióbio ou ainda o subfaturamento da exportação. Autoridades sempre acham-se envolvidas nas maracutaias, num Estado, ainda em estágio colonial, dominado por pilhadores de todo matiz e explorado por elites apátridas.

## TERMINOLOGIA

• **CARUMBÉ** – gamelas ou bateias cônicas utilizadas na extração de minério (garimpagem)

• **GAMELA** – vasilha de madeira (ou de barro) com a forma côncava de alguidar ou de escudela grande, usada geralmente para fins domésticos. Quando de madeira, utiliza-se geralmente a gameleira (ficus dollaria), por ser macia.

• **GANGA** – resíduo, em geral não aproveitável de uma jazida, podendo, no entanto, em certos casos, conter substâncias economicamente úteis; concentração de hidróxidos de ferro sob a forma de concreções e que às vezes constitui um razoável minério de ferro (canga)

• **GARIMPO** – lugar ou mina onde se encontram ouro, diamantes ou carbonados; mineração ou exploração clandestina de diamante e de ouro. A palavra tem sua origem no termo “grimpa” que designa o ponto mais alto ou crista do relevo onde os mineradores clandestinos se escondiam quando perseguidos, devido ao caráter ilegal da atividade.

• **GRUPIARAS** ou Mineração a céu aberto – sistema de mineração nas serras e morros onde se encontravam veios auríferos (isso após o esgotamento do ouro nos córregos e nos rios em que se utilizava a bateia). O sistema de grupiara exigia desmatamentos, o que dava um aspecto desnudo e desolador à superfície. Retiravam-se e revolviavam-se montes de terras a fim de atingir o veio aurífero, protegendo-se as ribanceiras com madeiras de arrimo, de modo a se alcançar o fundo sem perigo. As bordas das escavações eram assim alargadas, o que ante o aumento dos espaços vazios, provocavam frequentes desabamentos, em especial nos períodos chuvosos, consumando a ruína de muitos mineradores (perda da jazida, mortes etc.).

• **JACUTINGA** – nome que se dava à matéria prima ou areia aurífera que era retirada das camadas quase à flor da terra, daí triturada em engenhocas chamadas “pilões” Esta matéria era colocada, a seguir, em tanques de decantação, onde o ouro em pó era separado da terra, através de mercúrio produzido/extraído de plantas como o assapeixe, folha de jurubeba macerada, do maracujá silvestre, da “enxota” ou “Santana” de pegadeira ou mata-pasto, da erva de vigário (benzinho) que tinham a propriedade de separar o ouro do cascalho. Processo difícil, arcaico. Quando de maiores quantidades de ouro, utilizavam-se “fossos” de apuração no interior das construções fechadas. O escravo que ali trabalhava era vigiado por um feitor ou o próprio senhor para verificar se ele não escondera pepitas de ouro sob as vestes ou entre seus cabelos crespos.

• **SARILHO** – máquina ou dispositivo – geralmente movido por uma manivela - formado por um cilindro móvel, em redor do qual se enrola uma corda (ou cabo ou ainda corrente) que tem presa nele uma das suas extremidades, enquanto a outra se prende a fardos que se deseja arrastar ou erguer; cilindro disposto horizontalmente em que se enrolam linhas, cabos, espias de bordo, quando não estão em uso, para não se estragarem, se protegerem de intempéries etc.

## O OLHAR DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS SOBRE A MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS

Os viajantes e cientistas estrangeiros que passaram por Minas muito contribuíram, com suas observações e mesmo ações, para a historiografia e o aprimoramento das técnicas de mecanização da mineração do ouro entre nós. Seus escritos são fontes valiosas de informações e análises sobre a realidade mineralógica de Minas. Surpreenderam-se todos com os processos rudimentares e manuais de extração, dentre eles John Mawe que visitou as Minas entre 1809-1810, acrescentando “poder-se-ia fabricar com pouca despesa bombas adaptáveis à máquina usada na quebra do milho (debulhador). O lento processo de lavar cascalho com ouro em bateias poderia ser substituído” (“Viagem ao Interior do Brasil” vol. I, Imprensa Oficial). O mesmo afirma G.W. Freyre (1814-1815) observando que todo o processo consistia “com o que há de mais primitivo e sem arte (...), não se empregando, até hoje, em parte alguma, maquinismos para economizar os braços e aumentar a produção” e “cujos instrumentos consistiam em uma enxada, uma gamela redonda de madeira e uns pedaços de flanela” (“Viagem ao Interior do Brasil”, BH/SP. Itatiaia/Edusp, 1982).

O mesmo relatou Saint-Hilaire em dezembro de 1816 nas minerações às margens do Rio Piracicaba, próximo à serra do Caraça: “Um aqueduto de madeira, com altura de quarenta e cinco pés, levava das montanhas da margem esquerda ao lado direito, a água necessária à operação de lavagem. Este aqueduto não era mais que uma calha de madeira suportada por longos postes e estes serviam simultaneamente de apoio a uma ponte que transpunha o rio. Os negros iam sucessivamente com o seu carumbé com areia destinada à lavagem e levam-na à cabeça a pequena distância do curso d’água em que se começava a lavagem. Inicia-se a fase de apuração. Acharam muito primitivo tal processo e sugeriram alguns aperfeiçoamentos. O proprietário objetou aos proponentes como de costume” (“Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” vol. 4, BH, Itatiaia, 1975).

Paul Ferrand (1882) refere-se, igualmente, que por toda parte, inclusive em Ouro Preto, quanto aos vestígios de trabalhos primitivos de mineração e barragens de rejeitos “...montanhas revolvidas das quais as encostas rasgadas fornecem testemunho voraz da agressão humana; imensos reservatórios limitados por espessos muros de pedra cimentada com terra endurecida pelo tempo têm dimensões de difícil justificativa” (“O ouro em Minas Gerais – 1882” BH, Fund. João Pinheiro, 1998).

Prossegue Ferrand: “...as riquezas minerais que poderiam constituir fonte de prosperidade para o vasto território de Minas Gerais foram dissipadas pelos antigos aventureiros, sem terem sido esgotadas. No entanto, a culpa não é dos mineiros apenas. O governo metropolitano colaborou para tal, com seu desleixo na regulamentação mineral e ao não contribuir para bem orientar a atividade da lava (...) Portugal se preocupava com os mineradores para coagi-los...” (op.cit).

O comerciante Ernst Hasenclever que residiu no Brasil entre 1837 e 1844, faz extenso relato sobre as minas de ouro de Gongo Soco, Morro das Almas e Cata Branca, por ele observadas quando de sua viagem a Minas Gerais (1839), enaltecendo os veios auríferos e o desenvolvimento administrativo-tecnológico, bem como o vasto capital empregado pelos ingleses. Hasenclever, todavia, faz ressalvas à precariedade com que era realizada a exploração de subsolo, como o arriscado uso de troncos para escorar galerias. A infiltração de água nas minas era comum, levando a vários acidentes, tanto que a mina de Gongo Soco<sup>(1)</sup> seria abandonada em 1856, tomada pela água<sup>(2)</sup> (Fonte: “Hasenclever & Cia Rio de Janeiro 1830-1930”).

O viajante Richard Burton, por sua vez, ao passar por Minas Gerais (1867) enfatiza o conhecimento científico e prático trazido pelos investidores estrangeiros, observando que a irracionalidade dos métodos empregados no passado ainda não permitiam às empresas arrecadar/recuperar os investimentos feitos (“Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho” op. cit).

As observações e críticas feitas pelos viajantes estrangeiros quanto às técnicas rudimentares praticadas nas minerações, levariam as autoridades coloniais a “se mexer”. O Barão de Eschwege é nomeado para implantar as devidas inovações na “arte de minerar”, incluindo o uso de máquinas e um de seus primeiros passos foi o levantamento da situação da mineração em Minas Gerais (recenseamento das minas). Pela carta régia de 12-08-1817, D. João VI autoriza a criação de sociedades de capital (ações ou fundos) para investimentos em mineração, de forma a torná-la mais produtiva. Em 1819, o Barão Eschwege funda a Sociedade Mineralógica



com um engenho de nove pilões para minerar o ouro na região das minas da Passagem (Mariana).

Embora a resistência dos mineradores tradicionais, arraigados em seus antiquados costumes quanto à instalação de equipamentos destinados a facilitar o trabalho, as ideias de Eschwege prosperaram, assimiladas principalmente pelas companhias inglesas<sup>(3)</sup> que aqui se instalariam – inicialmente a Imperial Brazilian Mining Association e ainda a Saint-John Del Rey Company em sua mina de Morro Velho (Nova Lima)<sup>(4)</sup>.

A mineração continuaria, contudo, dependente do braço escravo até os últimos dias da escravidão no País. Segundo Libby as modificações da mineração aurífera, ao usar a “força hidráulica e mais tarde o vapor” para acionar uma maquinaria diversa, o gerenciamento racional e sobretudo a organização da força de trabalho – o que envolvia dezenas de ocupações/funções especializadas – “fizeram refletir o seu modelo fabril de produção” tornando-se a mineração “o primeiro setor produtivo brasileiro a entrar na era industrial” (Douglas Cole Libby – “Metalurgia” 2003).

Como as mineradoras necessitavam de enorme quantidade de madeira, quer para o escoramento de galerias, quer para a produção/utilização de carvão vegetal, o resultado foi a destruição e o desmatamento de imensas áreas de toda a região. Todos os proprietários rurais eram induzidos a desmatar e a vender suas florestas para as empresas mineradoras. Em 1886, o viajante Visconde Ernest de Courcy observou: “Hoje não há mais vestígios dessas matas imensas (Mata Atlântica), tudo foi queimado, cortado, devastado pelos primeiros mineradores; as montanhas que separam Mariana e Ouro Preto são agora áridas e desoladas” (“Seis semanas nas minas de ouro do Brasil” BH, Fund. João Pinheiro, 1997).

Outra celega envolveria a qualidade e disponibilidade de mão de obra livre dentre os brasileiros, avaliados como “preguiçosos” e “indisciplinados”, um dos argumentos dos ingleses para manter o trabalho escravo nas minas<sup>(5)</sup>. Empresários estrangeiros como Von Eschwege, James Wells<sup>(6)</sup> (este atuou na construção de ferrovias em nosso Estado) relatam igualmente suas dificuldades no concurso e contratação de homens livres brasileiros e obrigá-los ao cumprimento de seus deveres – nosso trabalhador tinha aversão ao serviço normatizado e assalariado, sob as ordens de um patrão ou chefe, com rejeição à venda de sua força de trabalho e à prática de atividades extras, consideradas meramente complementar, quando não trabalho semi-escravo. Algo questionado por estudiosos como José Carlos Barreiros: seu parecer é de que os mineradores estrangeiros, em sua essência preconceituosos e de têmpera colonialista, “não conseguiam entender suas concepções de tempo cíclico, guiadas pelas estações do ano, pelo “bom tempo” e pelas atividades religiosas, diferentes de suas noções de trabalho disciplinado medido por um tempo abstrato que regula as atividades dos trabalhadores da economia capitalista” (“Imagário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência” SP, Ed. Unesp, 2002).

Segundo Paul Ferrand, a Companhia (Mina da Passagem) possuía um hospital instalado “em uma casa espaçosa e bem ventilada, situada



a um quilômetro da mina na estrada de Passagem a Mariana” onde um médico e enfermeiros “tratavam os feridos da mina e os nativos doentes empregados da mina que não tinham meios de se medicar em casa...” “Além do mais, o médico e uma farmácia são postos gratuitamente a disposição do pessoal e de sua família por meio de uma contribuição de 1,5% retirado do salário” (“O ouro em Minas Gerais”, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998, p. 332). Este hospital foi o 1º de Minas a possuir Raio-X, além de contar com prédio reservado para morféticos.

Pesquisadores apontam que os mineiros, sejam homens livres ou escravos, mesmo sob a administração inglesa, achavam-se expostos à exaustão física, a perigos e acidentes de trabalho, insalubridade, doenças infecto-contagiosas e ocupacionais, longas jornadas que agravavam o quadro de enfermidades daqueles que retiravam o ouro das entranhas da terra. Sinistros que provocavam sérios problemas tanto para a empresa quanto para o capital humano, arrebataando vidas, provocando deformações físicas irreversíveis ou temporárias, levando a viuvez e a orfandade a muitíssimos lares. Acidentes, doenças e perigos eram corriqueiros nas minas desde os primeiros tempos da mineração, permeando os séculos XIX e XX, chegando até os nossos dias, como os verificados ultimamente em Mariana e Brumadinho (Fonte: Rafael de Freitas e Souza – “O cotidiano dos mineiros da Mina da Passagem de Mariana – séculos XIX e XX” UFMG, 2005).

## NOTAS

(1) A mina de Gongo Soco em Barão de Cocais – hoje ameaçada de rompimento de barragens e assunto diário na imprensa - era então a mina mais importante do País, explorada pela empresa inglesa Imperial Brazilian Mining Association, aqui atuando de 1824 a 1856, com a produção oficial de 12.887 kg de ouro, profundidade de cerca de 100m. Em 1830, foi fundada em Londres a St. John Del-Rey Mining Comp. com sede em Congonhas, que, em 1834, adquiriu a mina de Morro Velho, que seria a única a sobreviver, enquanto as demais empresas estrangeiras de capital inglês e francês fracassariam. Esta mina foi visitada pelo viajante e aventureiro inglês Richard Burton em 1867, que atribuiu-lhe a condição de “lucrativa” – na verdade o mais lucrativo empreendimento inglês na América Latina e o maior em solo brasileiro – produzindo 72.840.000 kg de ouro e a profundidade de seus poços em 1867 era já de 415 metros. Tanto Hasenclever quanto Burton relatam, com minúcias, o dia a dia das atividades das minas sob o comando inglês, inclusive com trabalho escravo. Os ingleses introduziram, por sua vez, processos inovadores de metal como a cloração e depois a cianuretação. A presença das mineradoras inglesas permitiu igualmente certo desenvolvimento e revitalização local, gerando empregos diretos nas minas e ainda para trabalhadores livres – carpinteiros, tropeiros, ferreiros, alfaiates, fiandeiras, costureiras, lavadeiras etc., bem como a produtores rurais que vendiam sua produção – grãos, madeira, lenha – às minas e povoações vizinhas.

(2) A mina de Morro Velho assistiria, por sua vez, a dois graves desastres – o primeiro em dezembro de 1867, quando um incêndio devorou as vigas de madeira dos escoramentos de praticamente toda a mina, com o saldo oficial de 22 mortos (21 escravos e um mineiro inglês); o segundo, considerado o maior acidente da história de Morro Velho ocorreu em 1886, quando novamente, o sistema de escoramento cedeu devido a pressão exorbitante de terra e pedra. A mina só seria reaberta em 1890.

(3) Segundo estudiosos, no período de 1822 a 1889, praticamente todas as jazidas de ouro do território mineiro foram, em menor ou maior escala, exploradas por empresas estrangeiras (dada a falta de capital ou de investidores nacionais). A presença de companhias estrangeiras geraria indignação entre o povo e mesmo autoridades, dentre elas o Barão de Caçapava e principalmente o deputado provincial Francisco José de Souza Soares de Andrea (1781-1858) que proferiu acalorados discursos na Assembleia Provincial afirmando que “em nossa terra, ainda há muito ouro e o vão tirando todo e dando-nos em prêmio de nossa condescendência uns 10% dos produtos de nossas minas. Se o êxito dos estrangeiros se explica pelas companhias seria o caso de formação de semelhantes empresas nacionais, tornando-se a Assembleia proprietária de grande número de ações” – sugeriu ele em exaltadas palavras proferidas em 1843 (apud Francisco Iglesias, op. cit.).

Esclareça-se que, além das companhias estrangeiras, também existiram/operaram durante o período imperial, várias pequenas minerações, denominadas engenhos, exploradas por particulares e que apresentavam alguma produção razoável de ouro. A partir de 1874, começaram a surgir empresas ou sociedades de capital nacional para exploração mineral como:

- 1874 – Associação Brasileira de Mineração.
- 1878 – Empresa de Mineração do Município de São João Del-Rei (ambas sem êxito).
- 1891 – Companhia das Minas de Ouro Fala (São Gonçalo do Sapucaí).
- 1892 – Companhia Aurífera de Minas Gerais (Mina de D<sup>a</sup> Florisbela).
- 1893 – Companhia Brasileira dos Salitres, Terras e Construções (Mina do Vasado – Sabará).

(4) Francisco Iglesias esclarece que, após a retirada do Barão Eschwege (1821), o governo provincial emitiu o decreto de 16-09-1824, permitindo a estrangeiros formarem empresas mineradoras na província mineira, o

que era vedado pelas leis anteriores. Uma forma de se aportar cabedais e de aparelhar as empresas constituídas, face à exaustão e empobrecimento dos mineradores nativos. Surgiriam daí inúmeras minas transformadas em sociedades de capital inglês ou francês, a saber:

- Minas de Morro Velho e Cuiabá (1830) – Saint-John Del Rey Mining. Minas do Pari – Sta. Barbara Gold Mining Company.
- Mina de Maquiné – Don Pedro Gold Mining Company.
- Mina do Morro de São João – East Del Rey Mining Company (1861).
- Mina do Morro de Santana – Don Pedro North Del Rey Mining Company (falida em 1878).

• Minas do Fundão, Passagem, Paredão, Mata Cavalo, que viriam a constituir a Mina da Passagem em Mariana) exploradas pela Anglo Brazilian Mining Comp. (entre 1863-1873).

A Mina da Passagem pertenceu, entre 1875 a 1895, a um sindicato francês que, para tanto, criou a Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltd. Vendida em 1895 para a empresa Companhia Minas da Passagem, pertencente à família Guimarães. Uma das minas mais rentáveis do País, chegando, em seu apogeu, a produzir uma tonelada de ouro/ano.

• Mina de Pitangui – Pitangui Mining Comp. Ltda. formada com o capital de 8.000 libras esterlinas, comprada em 1875 da Anglo Brazilian, então em liquidação, por 900 libras esterlinas. A mina foi explorada até 1887, quando as atividades foram suspensas por inundações subterrâneas).

- Mina de Raposos pertencente à Ouro Preto Gold Mines of Brazil (1884).
- Mina do Pe. Faria – Societé des Mines d’Ors de Faria (1887).

• Registre-se, a título de curiosidade, que a Mina do Brejo ou Mina de Borba Gato – hoje de propriedade da mineradora indiana Ancelot Mittal - foi posse do famoso bandeirante desde 1698, transformada em sesmaria em 1711, situada ao pé da serra Itatiaiuçu – uma “sorte de terras entre o rio Paraopeba e a cordilheira do Itatiaia e de Mateus Leme até fechar na barra do último ribeirão dele que terá de comprimento 5 léguas e de largo 3...” (RAPM vol. III:247). Recomendamos, a respeito, a leitura de “O Tenente General Manuel da Borba Gato nas origens de Igarapé” – autoria de Maria das Graças Menezes Mourão, Ed. Autora, 2008).

(5) Sistema organizacional e administrativo do trabalho nas minas – Segundo Ernst Hasenclever, a mina de Gongo Soco, administrada pelos ingleses, era dividida em departamentos, sob a chefia de um diretor geral que “em 1839, recebia um salário anual de L 3.500, auxiliado por 4 capitães, 8 oficiais, além de 80 mineiros ingleses (um operário inglês recebia L 80 por ano). Os escravos em torno de 650, eram supervisionados por um “inspetor dos negros”, cujo departamento cuidava da alimentação, vestimenta, habitação e ainda disciplina (segundo o inglês William Jory Henwood 1805-1875, dentre os escravos computados por Hasenclever, havia trabalhadores livres brasileiros em torno de 208, além de 135 europeus).

O complexo da mina dispunha ainda de uma ferraria (onde ferramentas e instrumentos necessários à mineração eram fabricados), um armazém (que cuidava da provisão consumida por todos os trabalhadores da empresa), um hospital básico, uma casa grande (que servia de moradia para o diretor geral e o 1º comissário com suas famílias, abrigando ainda o escritório, no qual era feita a administração e contabilidade da empresa em solo brasileiro).

Para burlar a legislação inglesa (Lei Lord Brougham – 1843) que proibia os súditos britânicos em qualquer parte do mundo participar do comércio negreiro (comprar, vender e possuir novos cativos), as empresas mineradoras inglesas em nosso País utilizavam a estratégia de alugar escravos de senhores de terra das redondezas ou de outras companhias auríferas em decadência, obviamente mantido o regime de violência. Ao falir em 1856, a mina de Gongo Soco tinha 414 escravos alugados (Registre-se que o sistema de aluguel era também uma forma de burlar a legislação brasileira e colocado em prática pelos escravistas nativos). Como a legislação inglesa apertava, cada vez, mais o cinto (por pressões do Parlamento inglês e da Anti-Slavery Society), os empresários britânicos, aqui radicados, se defendiam, alegando que eram obrigados a usar a força do trabalho escravo, porquanto o trabalhador livre brasileiro não se adaptava ao trabalho regular (não tinha apreço ao trabalho sistemático e qualificado) dado à insubmissão e à indolência, e se ausentava do serviço em épocas de plantio, festas religiosas etc. Mulheres negras também atuavam nas minas (Hasenclever enumerou 115 trabalhando na mina de Gongo Soco em 1839) que operavam na lavagem da areia aurífera, no armazém, nos serviços de costura e fiação e nos cuidados de crianças e serviços domésticos nas residências dos ingleses. Calcula-se (Libby) que em 1872, 12% da força de trabalho cativo masculino em Minas Gerais era procedente do aluguel (de escravos). O aluguel anual de um escravo em 1858 na mina de Morro Velho variava entre 90\$000 e 240\$000, dependendo de sua categoria e robustez. A combinação entre trabalho livre e mão de obra escrava coexistiria e se estenderia no Brasil praticamente até a abolição (1888), havendo interessante trabalho, autoria do Prof. Henrique Espada Lima, a esse respeito.

(6) Os relatos e observações do engenheiro inglês James Wells, em si interessantíssimos, foram objeto de abordagem em edições de nosso boletim, dando-nos uma valiosa avaliação do comportamento do trabalhador brasileiro. Ver matérias em nossos boletins: CLXXIII- fev/2022 e CLXXIV – março/2022

## A CASA DO PRESTE E DA NUNA

*"Existem Mundos Perdidos. Com certeza existem. Se antes eram a nossa realidade, o dia a dia da nossa vida, depois, por alguma interseção, algum desvio ou interrupção na história, migram para cantos isolados e perdidos da memória. Não necessariamente morrem, mas ficam escondidos esperando que sejam lembrados enquanto existirem quem neles viveram ou surjam outros que se importem e queiram conhecê-los."*

Em um Mundo Perdido, na Rua Joaquim Marques da Silva, 406, quase na confluência com a Rua Gov. Valadares, hoje Praça Vereador Edilson Barbosa também conhecida como Praça do Magá, aqui em São Tiago, existia a casa do Preste e da Nuna, meus avós paternos.

O endereço marcava o início da antiga estrada de terra que, antes da rodovia BR-494, fazia a ligação do nosso município a Morro do Ferro e Oliveira, ladeada por uma cava de carros de boi. O velho Esbarrancado, com vista para a Sapeca, ainda era imponente com suas paredes e fundo sem a vegetação hoje crescida, mostrando tonalidades de tabatinga que se embaralhavam. Com toda a ironia das aspas, na prática este ponto era o "Fim do Perímetro Urbano", apesar de uma ou duas casas simples no começo da Várzea.

Dona Nuna, Adália de Almeida Caputo, era natural do município de Ibituruna, próximo a Lavras, e remotamente aparentada de representantes da família Fiche do distrito de Mercês de Água Limpa.

O Preste, José Caputo Filho, tinha como pais José Pedro Caputo, o Sapecado, e Carmenila Maria Caputo, a Vó Nhandá. Preste, no singular mesmo, era um apelido cuja origem se perde em alguma relação com o político e figura pública Luiz Carlos Prestes.

Dona Nuna era uma mulher mais para miúda, de constituição delicada, não aparentando muita vitalidade e presteza. Seu tom de pele no geral era muito claro, e o cabelo liso em corte médio adquiriu um sombreado amarelo como às vezes costuma ser. Parece razoável dizer que talvez tenha herdado de sua família certo grau de refinamento que não encontrou reflexo no ambiente rústico que a vida lhe reservou. Era uma leitora ávida. Andar por sua casa significava encontrar espalhado um material aleatório, de cunho popular e mais acessível ao consumo da época, composto por revistas nacionais, quadrinhos, fotonovelas, paginas de jornal, livretos, livros de bolso, completos, rasgados ou em pedaços. Nada era descartado como leitura.

Não era uma grande cozinheira, expectativa que assombra todas as avós, principalmente aquelas que moram no interior e eventualmente recebem os netos. Mas me lembro com carinho de duas coisas que ela servia bem. A primeira, lombo em carne de lata, que após uma última fritura ficava dourado por fora e claro, macio por dentro desfiando facilmente. A segunda, chamada por todos de "capa de pastel", também encontrada na internet como "furrebinha", era simplesmente uma massa básica de farinha de trigo escaldada e frita sem recheio.

Dona Nuna gostava de gatos. Dizem que dela eu herdei a afeição e a simpatia que hoje destino a esses pequenos felinos selvagens e domésticos, engraçados, curiosos, cativantes e impressionantes em suas habilidades físicas.

Por sua vez o senhor Preste era um homem "atalianado", moreno ao estilo mediterrâneo, nariz mais grosseiro, um olho meio caído, de onde surgiu o apelido acessório de "Lambreta". Parece que este olho semifechado não era útil nem para melhorar a mira e torná-lo um caçador melhor do que gostaria de ser. Seus trajés eram simples, formais e antigos, mesmo para quem viveu no antigamente. Cabelo liso, grosso e muito preto, penteado para frente, ameaçando uma franja que nunca teve a mínima chance de aparecer. Todos, com a mesma aparência familiar, ele e seus



Casa do Preste e da Nuna – Arquivo particular

irmãos Rafael, Inácio e Felício, ficariam muito bem juntos e perdidos num detalhe de uma gravura de trabalhadores italianos do início do século XX. Ou numa cena de rua do filme "1900" de Bernardo Bertolucci. Ou numa foto dos imigrantes da Itália chegando aos portos brasileiros. Nada disso surpreende sendo eles descendentes de poucas gerações.

Em contraponto com a atitude discreta e caseira da Dona Nuna a figura do Senhor Preste era pública e provocativa. Girava socialmente bem em algumas rodas, conversador, cutucava os conhecidos com palavras e argumentos como também brincadeiras físicas sem graça, como dar beliscões. Péssimo hábito herdado por meu pai. Não é incomum encontrar alguém que tenha conhecido o Preste e se lembre de ter recebido seus beliscões. Sem qualquer mágoa, sem a mínima carga de ressentimento que era de se esperar. Esta distinção entre as personalidades do casal talvez explique como o baú de lembranças do Preste seja tão maior que o baú da Nuna.

Com o avanço da idade passou a sofrer muito mais com as temperaturas mais baixas, comuns naquela São Tiago. Ele possuía uma daquelas capas de cavaleiro feita com um tipo de feltro, grossa e grande, com aberturas para deixar os braços e as mãos livres, sobra de quando o cavalo ainda era meio de transporte necessário. Era bizarro, mas acontecia naqueles dias frios com alguma incidência de sol, ele vestia a capa e ficava por muito tempo dentro do fusca amarelo do meu pai estacionado na rua, aproveitando o calor que a lataria armazenava. Às vezes meu pai o ajudava neste trabalho.

Meu avô Preste era basicamente um comerciante, cujo sucesso como tal, hoje nos escapa na perspectiva de tanto tempo. Paralelamente foi proprietário rural, criador de gado, retireiro, vereador, intermediário na venda de polvilho, um dos fundadores e primeiro presidente do Cruzeiro Esporte Clube sem, no entanto, se afastar muito de sua natureza básica.

Seu ponto comercial era ao lado da casa. Edificação simples, de duas portas. Prateleiras, balcão e caixotes de madeira. O balcão entregava a ação do tempo com aranhões, desgastes, cicatrizes de lascas arrancadas e cortes por objetos cortantes.

Como a história às vezes costuma dar contornos estranhos às coisas usuais, o ponto comercial do Preste, com nome de registro Armazém São José, não era chamado de venda, ou armazém, ou mercearia. Era "O Negócio". Com insinuações naturais, "O Negócio do Preste". O proprietário era um comerciante atípico. Mantinha a venda, "O Negócio", fechado. Os clientes e familiares tinham o ônus de achá-lo, na Várzea, na rua de cima, na horta, ou aonde



quer que fosse para fazer a abertura e realizar o atendimento.

Da mesma forma que vivia sempre fechado acontecia também abrir e não ter como encerrar o expediente devido, a seções intermináveis de baralho, muita conversa e pinga. Não me lembro de cerveja.

Nas prateleiras, entre enlatados, pacotes e outros poucos produtos, de acordo com a oferta apertada disponível, se viam latas de Bala Santa Rita, tradicional fábrica de Oliveira. Existia um tipo de bala azedinha que era muito valorizado. Minha esposa Sandra era afilhada dos meus avós e em menina aceitava por interesse obedecer ao mandado de ir ao Preste pegar alguma coisa, lugar tão longe, somente pela possibilidade de ganhar de presente uma boa mãozada de balas.

Nos caixotes ficavam predominantemente grãos e cereais para atender os clientes. Eram retirados com uma concha metálica específica para tal e depois embrulhados em sacos de papel. Arroz e feijão, talvez, sal e fubá com certeza. Tudo aberto e acessível a qualquer bicho, de acordo com o curto padrão sanitário da época. Ao fundo havia um cômodo escuro com um tanque metálico de querosene e estrados para apoio de sacaria de mercadorias.

Acontecia de vários clientes chegarem a cavalo ou mula, estacionando-os em frente à venda, num arremedo de faroeste caipira. Para atualizar a vida e jogar conversa fora, sentavam em grandes toras de madeira antiga no papel de banco e degrau, ou se acomodavam na impossível e inacreditável posição de cócoras, onde permaneciam por um tempo também impossível e inacreditável. Alguns davam um trato na pelagem dos animais ali mesmo, cortando, aparando, escovando e alisando crinas, rabo e corpo. Um dia, um destes matutos, sem incentivo aparente e na direção de algo ou alguém além da minha insignificância de menino, declara ao universo: - Para aparar a crina da mula é preciso ciência! Um lindo e apropriado fim para esta fração de memória.

A localização do ponto comercial era incrível. Era o último ponto de ônibus para embarque na jardineira rumo a Oliveira. Como em um portal de entrada era a primeira parada dos Viajantes. Viajantes, no caso, eram representantes comerciais de firmas distribuidoras de produtos, algumas do sul do estado. A bordo de caminhões, perambulando pelo nosso interior, era o meio de logística que sustentava os comércios locais, entregando compras já feitas e colhendo novas encomendas.

Pela posição privilegiada na entrada da cidade a venda era também a primeira a receber aqueles que chegavam da roça ou fazendas onde viviam trazendo queijos, ovos e frangos que o Preste comprava. As coisas vinham acondicionadas em cestos especiais de bambu e as aves amarradas pelos pés e dependuradas de cabeça para baixo tal qual um cacho surrealista de qualquer coisa. Lembro ouvir dizer que o queijo do "Papai do Céu", seja ele quem for, era muito bom. No vice e versa transformava-se também na última parada para estas mesmas pessoas que na hora de voltar para casa aproveitavam a oportunidade para se abastecer com querosene, sal e outras coisas que a terra não produz ou ajuda a criar.

Seguindo a tradição da casa dos pais do Preste esta era uma casa aberta, com acolhimento quase compulsório para amigos, visitas, clientes, Viajantes e até o motorista da jardineira, se ele desejasse e pudesse. Todos eram conduzidos lá para dentro, a cozinha, naturalmente. Um café apropriado era servido para os convidados já que o café do Preste era horrível e intragável de tão forte e sem nadica de nada de açúcar. Acompanhando eram servidas quitandas, biscoitos, queijo, broa de fubá de panela feita no fogão à lenha com lata de tições em cima. Mais além a linguiça assada na brasa da lenha e a pinga poderiam aparecer.

A casa possuía uma arquitetura de fachada desprovida de requintes, porém simpática. Era equipada com móveis, objetos e adornos triviais, sem valor histórico ou artístico. Entretanto, da mesma forma que se encontra a pepita na areia da bateia, em um cômodo de passagem para a cozinha era possível perceber algo inesperado e especial no meio das tralhas de uma cristaleira imensa, alta e escura. Tratava-se um conjunto de estojo metá-

lico para aplicação de injeção, com direito a uma caixinha com fogareiro a base de álcool para ferver e desinfetar a seringa e a agulha, não descartáveis. O Preste sabia aplicar injeção e assim servia a família e toda a vizinhança.

Com o falecimento de seus moradores a casa ficou vazia e o desgaste natural trazido pelo tempo afetou toda a construção. Alugar não era uma alternativa devido às insuficiências originais da moradia, instalações e comodidades ultrapassadas e falta de conservação. A reforma não era viável economicamente e o último e desconsolado recurso foi contratar um serviço de demolição a ser pago com o material salvo no trabalho. O cômodo da venda ainda resiste, de certo modo com persistência e a dignidade do que possui passado. A parte externa com cicatrizes, argamassa puída, pintura desbotada. A parte interna é uma incógnita.

Naturalmente a Casa do Preste e da Nuna possuía uma horta, com pomar e pastinho terminando no limite do Brejo. As árvores de sempre: laranjeiras abacateiros, bananeiras, etc. Duas frutas se destacavam: um jambeiro e um pé de maracujá roxo. O jambo não chega a ser raro, mas surpreende sendo uma fruta esquisita, de cor bonita, mas infelizmente com um gosto acanhado que promete e não cumpre. Entretanto, se um passarinho bicar o fruto e alguém comê-lo antes que apodreça, um sabor bom e doce será sentido. O maracujá roxo, pequenino e muito azedo era algo especial que nunca mais reencontrei.

As hortas ficavam no limbo entre propriedade particular e a natureza. Não constituía crime invadir, colher as frutas e cortar



Dona Nuna e Senhor Preste – Arquivo familiar

caminho por dentro delas. Era um campo aberto a expedições, desbravamento e lutas imaginadas, onde se enfrentava os troncos de bananeira com arco e flecha e lanças de madeira.

O casal Preste e Nuna teve cinco filhos: José (Zé Mingau, meu pai), Altair (tio Taí), Maria (tia Léia), Elzira (tia Nem) e Nadege (tia Nadege, sem a graça de um apelido). A família formada pelos meus avós logo fez crescer a tradicional árvore de netos, bisnetos, primos e sobrinhos, como é natural acontecer, e rapidamente demonstrou rapidez na geração de mulheres. No conjunto dos netos somente três meninos e uma penca de meninas. O primeiro garoto faleceu jovem e o segundo, sendo filho de uma filha, recebeu o nome de família do pai. O terceiro, no caso eu, não foi e não será pai. Então, por um detalhe genético, na falta de filhos homens dos filhos homens do casal, este ramo da árvore genealógica da família Caputo de São Tiago será interrompido, terá seu fim nominal. Meio amargo, mas apropriado para um Mundo Perdido,

**Fabio Antônio Caputo,**  
**Engenheiro civil aposentado e neto mais velho**



## Cine Odeon

Este momento me traz intensa alegria porque o Memorial, como relicário das histórias e das pessoas que construíram São Tiago, não esteve completo enquanto não tinha aqui a história do nosso cinema, do nosso Cine Odeon.

Hoje, vejo mais esta realização, complemento do nosso trabalho, graças à boa vontade e desprendimento da família do Sr. Glauro que nos entrega este material, documentário do Cine Odeon, o que lhes restou é obvio, para ser exposto e preservado, devendo assim, contar as gerações atuais e vindouras que São Tiago já teve um cinema, um belo cinema : o Cine Odeon.

Sonho brotado da mente e da garra de um cidadão comum, de origens simples e costumes rurais, mas que, não sabemos como, quis construir um prédio e nele instalar o cinema, de São Tiago.

Que garra, que idealismo, que coragem...

Madeiras compridas e pesadas, transportadas em carro de bois, despejadas no Largo ou Praça da Matriz para ali serem lapidadas e levadas às alturas daquele longo prédio e ali servirem ao telhamento e cobertura do mesmo.

Início da década de 1950.

Quanta ousadia do Sr. Glauro que pôde, mesmo com às dificuldades da época, usando como transporte a "jardineira" que trazia os filmes, projetá-los dando aos seus conterrâneos a oportunidade de um lazer sadio e uma cultura sem igual, que é a oferecida pelos bons filmes.

Alegria na cidade com as músicas variadas que o alto falante do cinema levava ao ar, encantando os corações enamorados que, do lado de fora do prédio, andavam para lá e para cá, encantando e encantados, com as belas moças e simpáticos rapazes que ali se colocavam.

Bons tempos, saudosos tempos proporcionados por um veículo contagiante de comunicação - o alto-falante do cinema.

Cultura lazer, entretenimento, declaração de amor, namoros iniciando, ao som de tão belas músicas tudo junto aos filmes inesquecíveis projetados, por escolha do incrível criador, construtor do cinema de São Tiago.

Aqui, hoje, neste santuário de memória, queremos prestar merecida homenagem ao Sr. Glauro Resende de Castro desbravador da cultura cinematográfica em nossa São Tiago.

Aos seus filhos, de modo muito especial, ao meu amigo Helton, a gratidão por nos proporcionarem este momento.

Obrigada - Cairu 25/11/2022

# O REINO DO ESPIRITO SANTO E DE MARIA EM NOSSO TEMPO - TRANSFORMAÇÃO PLANETÁRIA E PLENITUDE CRISTÃ

**“No final dos tempos, talvez mais cedo do que se pensa, Deus suscitará grandes homens cheios do Espírito Santo e do espírito de Maria, pelas quais esta Divina Soberana fará grandes maravilhas na Terra para destruir o pecado e estabelecer o Reino de Jesus Cristo, Seu Filho, sobre o reinado do mundo corrompido...” (São Luis Grignon de Montfort – “Le Secret de Marie - Euvres Completes” n. 59, pp. 468).**

Observamos uma postura periférica, alienada de muitos denominados cristãos e mesmo de congregações. Falamos do Senhor; parece, porém, que não O vivenciamos. Angustiamos-nos atrozmente ante sofrimentos, turbulências existenciais, a irreversibilidade do fenômeno da morte, tribulações, provações, esquecendo-nos de que a vida é contínua, não havendo rupturas, devendo todos manter estágios de permanente comunhão, revigoramento e fortalecimento do poder do Espírito Santo, a presença viva de Deus em todos os nossos passos. “Por amor de Ti somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro” (Rm 8,36).

Achamo-nos envoltos, como seres vivenciais e espirituais, em contínuo processo de conversão, renovação, restauração, inovação, sob os excelsos auspícios de Maria e do Espírito Santo. Não há como fugir à nossa responsabilidade e vocação evolutiva, à nossa indelével convicção e eclosão divina, pois intentamos alcançar “a unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus e atingir a medida da plenitude de Cristo” (Ef 4,13). “É o amor de Deus que cria, sustenta e redime todas as coisas” (Tish Harrison Warren).

Vivemos, todos o sabemos, num convulsivo ambiente de doenças, guerras, agressividades, discriminações, a idolatria ao dinheiro e ao poder, cabendo-nos ser agentes, semeadores incansáveis da paz, restauração, bondade, amabilidade, libertação, mobilidade, porquanto a permanente ordem divina é “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho” (Mc 16,15). Devemos, por conseguinte, como cristãos vocacionados e igreja (do grego eclesia” chamados para fora”) atuar na vida comunitária, com ações de promoção humana, social, espiritual, ambiental. Sem atuação e responsabilidade social, nossa fé é superficial, desprovida de frutos. Há um mandato espiritual - de integralidade, qualidade – a ser cumprido, que passa pelo cultivo do jardim humano, concedendo-nos o Senhor os devidos ferramentais e instrumentos físicos, intelectivos, investigativos, criativos, éticos.

Somos abençoados diuturnamente, desfrutamos da Graça especial e sobre nós, malgrado as adversidades e angustiantes conflitos, tal qual na narrativa do Êxodo, fluem colunas de fogo, emana água da rocha, nutre-nos a graça do pão, fortalece-nos o bálsamo da esperança, que nos acompanham e celebram-nos a caminhada insondável até a terra prometida. Somos sensibilizados pelo chamado maior, mobilizados através do itinerário da reconciliação e libertação, conquanto enfrentando reprovações, ansiedades, maldades, o Senhor dispersa os ares meffíticos, desobstrui obstáculos, saneia os ambientes dissolutos, o cenáculo preparado para a ceia de Luz.

Vivemos, afinal, tempos do Espírito Consolador, do mentalismo do Reino de Maria, mediante a restauração e pacificação da sociedade (Adveniat regnum Mariae, no magno dizer de São Luis Grignon de Montfort) “Coisas maravilhosas acontecerão neste mundo onde o Espírito Santo descerá abundantemente às almas, enchendo-as de seus dons, particularmente do dom da sabedoria, a fim de operar maravilhas de graças” (São Luis Grignon de Montfort – “Traité de la vraie devotion a la Sainte Vierge” n. 27, pp. 634-635).



## SOCIEDADE “UNIÃO E LEALDADE” – ATUAÇÃO EM SÃO TIAGO (1832)

No conturbado período da Regência (1831-1840) um grande número de agremiações políticas, literárias, ideológicas, filantrópicas e culturais se multiplicaria por todo o País, configurando uma época difusa, marcada pela abdicação de D. Pedro I e a busca pela consolidação monárquica constitucional, demarcada pela proclamação da maioria de D. Pedro II. A sociedade brasileira – e em particular a mineira – assistiria, nesse interim, o surgimento/desenvolvimento de inúmeras agremiações, das mais variadas matizes, compondo intrigante e policromático cenário ideológico. Agremiações mobilizadas por grupos – moderados alguns, exaltados outros – constitutivas de importantes espaços de aprendizado social, de exacerbação de projetos políticos pessoais, de disputa de poder e ainda de cunho cultural – imprensa, tribunas, eventos artísticos, atos populares – que tornaram-se iam o palco de exarcação e pujantes manifestações da então incipiente nação.

Assim, associações políticas de cunho monárquico, nacionalista, lusófilo e tantas outras proliferaram, inclusive em nosso meio, merecendo a atenção atual de pesquisadores pátrios. Dentre essas, a “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”, com atuação, pelo que se pôde apurar, em São João Del-Rei, Prados, Tiradentes, Bom Sucesso. Merecem ênfase, ademais, agremiações educacionais e pedagógicas como a “Sociedade Promotora da Instrução Pública” com núcleo em Ouro Preto e região. Jornais da época como “O Universal” de Ouro Preto, “O Astro” e “O Mentor das Brasileiras” de São João Del-Rei muito contribuíram, então, para a divulgação do trabalho dessas associações, sendo hoje valiosa fonte bibliográfica.

**SOCIEDADE “UNIÃO E LEALDADE”** - A Sociedade “União e Lealdade”, eis uma destas agremiações, surgida por volta de 1731, formada por políticos restauradores, com atuação em São João Del-Rei e São Tiago. É o que informa a historiadora Maria Tereza Pereira Cardoso em seu trabalho acadêmico “Os Juizes de Paz e os tigres da Hircânia nas vilas Del-Rei, comarca do Rio das Mortes 1829-1850”<sup>(1)</sup>. Menciona a autora que o juiz de paz do curato de São Tiago, (a autora não discrimina o nome o juiz de paz) ano de 1832, notificava às autoridades da Província a existência, em nosso meio, de um núcleo e respectivas reuniões da citada sociedade.

(Fonte <https://anpuh.org.br/anais-simposios/pdf>, acesso em 17/06/2022).

“1831 – São João Del-Rei – reunião da Sociedade União e Lealdade (regresso) / 1832 – Curato de São Tiago, vila de São José – reunião da Sociedade União e Lealdade (op. cit. p. 5)”<sup>(2)</sup>.

Membros do Grupo Restaurador - O grupo político denominado “restaurador” ou ainda “caramuru”, que defendia o retorno de D. Pedro I para o Brasil, era formado principalmente por portugueses, militares e burocratas. D. Pedro I, que abdicara em 1831, retornando a Portugal, delegara o poder a seu filho D. Pedro de Alcântara (D. Pedro II), então menor e que seria tutelado e o poder exercido por um sistema de regência (self governance) até 18-07-1841 quando ocorreu a sagração e coroação de D. Pedro II (maioridade imperial).

O falecimento de D. Pedro I em Portugal (setembro de 1834), a perda do poder político de José Bonifácio – destituído do cargo de tutor imperial – acabariam por enfraquecer o espaço político dos chamados “caramurus”, adjetivados ainda de retrógrados e estacionários pela imprensa da época. Período agitado política e economicamente. Assim, o decreto lei de 07-11-1831, firmado pelo ministro da Justiça Diogo Feijó, que proibia o tráfico de escravos, geraria forte descontentamento entre os escravocratas (lei, diga-se de passagem, não cumprida – editada apenas por pressão do governo inglês e para fins de renovação de tratados comerciais entre os dois países – daí a origem da expressão “para inglês ver”). A criação da Guarda Nacional à época, formada por homens de posses, tornar-se-ia então essencial na

estabilidade do Império e na normalidade da vida social.

O movimento restaurador ou caramuru foi combatido violentamente pelo jornalista Evaristo da Veiga e ainda pelos grupos conservadores, denominados estes “chimangos” ou “chapéus redondos”, sob a expressiva liderança do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos. O próprio D. Pedro I julgava inviável seu retorno ao Brasil. O gen. Raimundo José da Cunha Matos teria ouvido de D. Pedro I em Portugal o seguinte comentário: “Esses que se lembram no Brasil do meu nome para fazerem outra bernarda, sempre são bem asnos” (Anais da Câmara 1833, tomo II, p. 48).

**O GRUPO RESTAURADOR EM NOSSO MEIO** - Os restauradores, agrupados em sociedades dentre elas a “União e Lealdade”, como vimos, apregoavam a volta de D. Pedro I, tendência que perderia forças ou argumentos ante a morte do Duque de Bragança em 23-09-1834 em Portugal, permanecendo, contudo, acirradas as disputas entre os chamados liberais e conservadores em todo o Brasil. Os “restauradores”, filiados à Sociedade “União e Lealdade” passariam a ser monitorados, combatidos e mesmo perseguidos por outros grupos e autoridades regenciais. Em abril de 1831, o juiz de paz da vila de São João Del-Rei, Martiniano Severo de Barros, afiançava – em virulento manifesto publicado no Jornal “O Mentor das Brasileiras” n. 69, pp. 547-549 – ser a União e Lealdade “uma associação manifestamente invasora dos poderes públicos (...) criminosa (...) de principiar-se anarquicamente intrometendo-se no exercício das funções públicas, desacreditando as autoridades policiais e judiciárias legalmente constituídas (...) punível segundo a lei”. Referia-se o juiz de paz ao teor da Lei de 20 de outubro de 1823, art. 4º, que proibia associações que “se opõem à ordem social e ao sistema constitucional” (ver nota 2). Interessante observar que a administração regencial, à época (até 1837), estava sob o comando de liberais moderados.

O articulista liberal José Alcebiades Carneiro, membro da “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em artigo publicado no jornal “O Mentor das Brasileiras”, editado em São João Del-Rei e transcrito pelo jornal “O Universal” n. 583, 1831, assim se expressa:

“União e Lealdade. Tal a denominação de uma sociedade secreta que agora acaba de aparecer (...). De que lhe serve o nome de União se ela procurar desunir do centro comum uma porção de indivíduos? Para que o nome de Lealdade se ela perjura quando exclui o art. 174 que forma uma parte essencial da Constituição. Antes ela se chamasse sociedade da desunião e da infidelidade – este título melhor lhe convinha segundo os fins a que se propõem, que é semear a discórdia entre o povo, promover a intriga e dar lugar a uma guerra intestina...”

(Fonte: “Temporalidades – Revista de História ISSN 1984, ed. 30, vol. 11, n.2, maio/Agosto 2019” apud Marilaine Soares Inácio/Luciane Mendes de Faria Filho – artigo “Sociabilidades, espaço público e formação do povo em Minas Gerais no período regencial 1831-1840” UFMG.

### NOTAS

(1) A pesquisadora Maria Tereza Pereira Cardoso relaciona em seu ensaio “Juizes de Paz e os Tigres de Hircânia”, no tocante à atuação da Sociedade “União e Lealdade” em nossa região, as seguintes fontes/acervos: APM SP PP 1/18 – cx. 187, docs. 8, 24, 25, 30 // Cx. 189, doc. 17 // Cx. 191 docs. 1 a 3, 8 a 12, 23, 41.

(2) “Em abril de 1831, o juiz de paz da vila de São João Del-Rei, Martiniano Severo de Barros, que viria a ser membro da “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”, criada em 2 de outubro daquele ano na mesma localidade, acusava a “União e Lealdade” de perturbar a ordem e a tranquilidade do lugar. Em proclamação publicada no periódico. “O Mentor das Brasileiras” (vol. 69, pp. 547-549, 1831) ele alertava os cidadãos sobre o risco que a referida associação representava...” (Marilaine Soares Inácio – “Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas 1831-1840” UFMG, 2010, pp. 49-50).





## Você sabe para que serve o lado azul da borracha? Descubra aqui

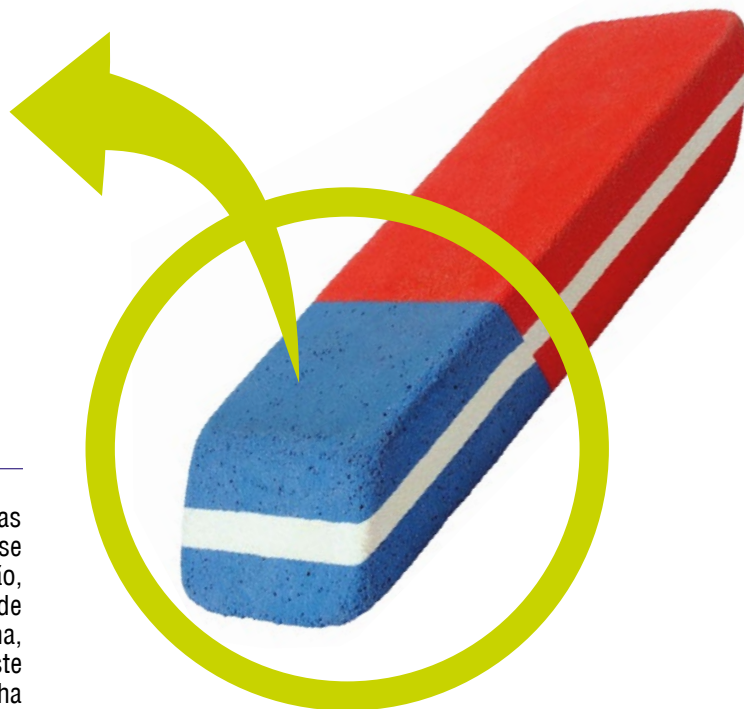
A parte azul da borracha é menor e perceptivelmente mais dura. Isso porque ela não é para apagar tinta de caneta. Saiba mais.

### Por Redação Tudo Bahia

As famosas borrachas de duas cores fizeram parte de nossas vidas em boa parte da nossa infância, adolescência e até na fase adulta. Seria impossível esquecê-la depois de anos e anos de ilusão, achando que a parte azul da borracha servia para apagar tinta de caneta esferográfica. Acreditando que seria possível tal façanha, nós já rasgamos muitas folhas nesta tentativa. Mas afinal, existe uma função diferenciada e específica para a parte azul da borracha escolar de duas cores?

Essa resposta é muito objetiva: sim. A parte azul da borracha é menor e perceptivelmente mais dura. Isso porque ela não é para apagar tinta de caneta, mas para ser utilizada em superfícies mais duras, tais como cartolinas, madeira, entre outros locais. Por ser mais áspera e possuir efeito abrasivo com utilização de pequenos cristais pontiagudos em sua composição, esse lado da borracha acaba provocando uma espécie de lixamento da superfície.

Muitas vezes, quando tentamos apagar tinta de caneta da folha de um caderno, acabávamos furando o papel. Isso porque, ao invés



de remover somente a tinta, como ocorre quando usamos o lado vermelho da borracha para apagar escritos a lápis, a borracha azul acaba desgastando tudo. Escritos de caneta numa superfície mais sólida, como cartolina, por exemplo, podem até ser removidos, mas a depender da profundidade pode deixar o papel ainda inteiro.

Inicialmente, a fabricante utilizou como testes para remoção, de fato, da tinta do papel, mas parece que a ideia não foi das melhores. Isso ocorre porque a tinta da caneta penetra dentro das fibras do papel, diferente do lápis que risca somente a parte superior.

CRÉDITO: SHUTTERSTOCK

## Afinal, por que há um furo na ponta da tampa das canetas? Função é surpreendente.

Você certamente já reparou que as tampas de canetas esferográficas tradicionais possuem um pequeno furinho na ponta.

### Por: Paulo Nobuo

O detalhe, apesar de parecer inútil, tem função que pode salvar vidas.

Para que serve o furo na tampa da caneta?

Quando você tira a tampa de uma caneta para escrever ou desenhar, normalmente a posiciona na parte oposta do objeto. Não à toa a tampinha sempre aparece com marquinhas de dentes. Ciente do fato, os fabricantes criaram o tal furinho justamente para evitar acidentes.

Ao levar a tampa da caneta a boca, uma pessoa pode, sem querer, sugar e engolir o pequeno objeto que pode ficar preso na garganta. O buraco, portanto, serve para que o ar possa circular e evitar um possível sufocamento.

Fonte: [www.mulher.com.br/atualidades/ciencia](http://www.mulher.com.br/atualidades/ciencia)







## Gentrificação afasta moradores do centro histórico de Tiradentes

*Essa é a principal conclusão de diagnóstico feito por estudantes do curso de Turismo, que vão propor ações para ajudar a Prefeitura local a revisar seu plano de marketing turístico*

Tiradentes: gentrificação é fenômeno observado em várias cidades turísticas

Estudantes do quarto período do curso de Turismo realizaram um diagnóstico acerca do desenvolvimento e do potencial de marketing para o turismo em Tiradentes, cidade histórica mineira. O trabalho, que faz parte das atividades da disciplina Marketing de serviços e destinos turísticos, obrigatória no curso de Turismo, mostrou que o município vem sofrendo com a gentrificação, fenômeno que transforma e valoriza determinada área urbana, afastando moradores locais mais antigos e de menor renda.

O diagnóstico indicou que Tiradentes passa por um processo intenso de gentrificação, "uma vez que o aumento da presença de turistas ocorre ao mesmo tempo que a população do município se distancia do centro histórico da cidade e das atividades culturais. É como se tudo ali fosse dos visitantes, dos turistas, e não deles também", explica a professora Ana Paula Guimarães, do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC), responsável pela disciplina.

De acordo com Ana Paula, a pesquisa de campo mostrou que esse afastamento do morador local do centro histórico de Tiradentes não alcançou a dimensão religiosa, visto que o tiradentino continua frequentando a região para participar de atividades nesse campo. "Ele pode ter deixado de morar no centro histórico, mas continua presente ali para participar dos eventos religiosos. A gentrificação é complexa porque o tiradentino não pode achar que a cidade é do turista. Além disso, o turismo não deve servir apenas para gerar empregos e renda. O morador precisa estar integrado às atividades locais", diz.

Além da gentrificação, os estudantes também perceberam a força cultural do município, materializada nos projetos que vêm sendo desenvolvidos em diversos campos, como o da gastronomia. O Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes, por exemplo, atraiu

cerca de 60 mil pessoas ao centro histórico do município em sua última edição, em agosto deste ano.

### PROPOSTAS GERAM MUDANÇAS

Para a produção do diagnóstico, os estudantes passaram três dias em Tiradentes, coletando dados e conversando com a comunidade, gestores públicos municipais, empreendedores e turistas. "A intenção era buscar informações para pensar ações para o marketing do destino, considerando que nossa abordagem no curso de graduação em Turismo é preocupada com o social e com a comunidade local. Todo o trabalho foi feito de forma a conceber propostas para que o turismo proporcione retornos à comunidade", conta Ana Paula Guimarães.

Depois da coleta de dados e entrevistas, os alunos elaboraram as propostas de ações de marketing que serão apresentadas nesta quinta-feira. Segundo a professora, as propostas podem servir de ferramenta para que o município de Tiradentes revise o plano de marketing que a cidade acabou de contratar. "Durante todo o trabalho, contamos com o apoio da prefeitura. Eles terão acesso a todo o material que os alunos produziram e poderão utilizá-lo para a elaboração de ações na cidade."

Os estudantes do curso de Turismo já produziram diagnósticos semelhantes em várias cidades mineiras, como Cordisburgo, Sete Lagoas, Lagoa Santa e São José da Lapa. Nesta última, cidade sem muita expressão turística, o trabalho de campo dos estudantes inspirou mudanças.

"Estive com o secretário municipal de turismo de São José da Lapa, e ele contou que o trabalho realizado pelos estudantes em 2019 deu origem a projetos relacionados ao turismo. Além disso, o trabalho gerou parcerias como a firmada com a empresa júnior do curso de Turismo, que está em tratativas com a prefeitura para desenvolver o inventário turístico da cidade, instrumento básico para dar início ao processo de planejamento territorial com foco nessa área", conclui Ana Paula Guimarães.

O diagnóstico sobre Tiradentes será apresentado nesta quinta-feira, dia 15, a partir das 9h, no auditório do Instituto de Geociências, no campus Pampulha.

**Luana Macieira**

**NR** – O fenômeno da gentrificação (afastamento/distanciamento/marginalização dos moradores locais) também ocorre em nosso meio. Eventos como a Festa do Café com Biscoito com intenso fluxo de turistas, bem como certos shows acabam por afastar moradores, que passam a buscar sítios, a viajar, a se trancar em casa, quando não a rejeitam tais eventos regados a grossas e preciosas verbas públicas. Algo que precisa ser revisado, analisado. Por que não uma área específica (o biscoitódromo) para a realização de eventos deste porte? O excessivo congestionamento da praça – palcos, barracas etc. – prejudica, ademais, eventos religiosos e sociais. Ostentação, espetacularização, tem limites, custos e consequências ...

## Saúde



# Cientistas apontam os melhores alimentos para evitar o Alzheimer

Cientistas da Rush University Medical Center em Chicago, nos Estados Unidos, apontam que uma dieta rica em alimentos antioxidantes ajuda na prevenção do Alzheimer.

Segundo eles, os alimentos ricos em flavonoides – como a couve, o espinafre e as frutas vermelhas – reduz a perda cognitiva, diminuindo os riscos de demência.

A pesquisa foi publicada na terça-feira (22/11), na revista científica *Neurology*. De acordo com os pesquisadores, a investigação é importante para construir evidências sobre a importância dos hábitos alimentares para a redução do risco de doenças degenerativas como o Alzheimer.

## METODOLOGIA

Durante o trabalho, os cientistas acompanharam 961 idosos. Os voluntários foram recrutados em um projeto de saúde comunitária na cidade de Chicago e foram monitorados por 7 anos. Periodicamente, os participantes respondiam questionários sobre os hábitos alimentares, incluindo a frequência com a qual ingeriam cada tipo de alimento.

Os voluntários também foram submetidos a testes de memória e cognitivos, como lembrar de listas e colocar sequências de números em ordem. Por fim, foram divididos em cinco grupos, tendo como base a quantidade de flavonoides – um tipo de antioxidante presente em frutas vermelhas e vegetais como brócolis, por exemplo – que consumiam.

O grupo com maior média de consumo de flavonoides ingeria cerca de 15 mg diárias. Isso é o equivalente a uma xícara de folhas verde-escuras. A menor média de consumo foi de 5 mg.

Após as análises, os cientistas concluíram que os indivíduos com maior consumo de flavonoides reduziram em 32% a chance de perda cognitiva em comparação aos indivíduos com menor consumo dos antioxidantes.

## OUTRAS DESCOBERTAS

O estudo também revelou que pessoas com maior consumo de couve, feijões, chá, espinafre e brócolis tiveram ainda menos perda das funções cerebrais. Apesar disso, a ingestão de alimentos como tomate, maçã, vinho e laranja também apresentaram bons resultados nos testes.

“Coisas simples como comer mais frutas e vegetais e beber mais chá são uma medida fácil para que as pessoas tenham melhor saúde do cérebro. No fim das contas, nosso estudo sugere que nunca é muito cedo nem muito tarde para mudar de hábitos, especialmente na dieta”, disse Thomas Holland, autor principal do estudo, à divulgação na *Neurology*.

Os cientistas esperam que as conclusões contribuam para recomendações mais específicas acerca da prevenção do Alzheimer e que gerem alerta a pessoas com baixa ingestão de flavonoides.

## O que é o mal de Alzheimer?

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa também chamada de mal de Alzheimer.

Essa é uma doença com evolução, sendo que o paciente que é diagnosticado com ela vai perdendo, aos poucos, certas funções do cérebro, como aquelas que tratam de sua memória, de suas habilidades linguísticas, de sua habilidade de pensamento abstrato e até mesmo da capacidade de cuidar de si mesmo. De modo geral, a progressão do Alzheimer pode levar de 8 a 12 anos.

Isso acontece porque há um problema no cérebro relacionado ao processamento de proteínas. Se antes essas proteínas eram utilizadas e eliminadas de forma devida, agora seus restos ficam entre os neurônios. Por serem tóxicos, esses pedaços de proteína acabam fazendo com que os neurônios parem de funcionar da forma correta. Dependendo da região do cérebro onde o neurônio para de atuar, é que o paciente passa a perder determinadas funções. Se isso acontece no hipocampo, por exemplo, é a memória do paciente que é afetada.

Essa é uma doença caracterizada como crônica, pois quem recebe seu diagnóstico convive com ele diariamente. O Alzheimer não tem cura, mas podem ser usados medicamentos para tratar certos sintomas, como a agressividade. Além disso, pode evoluir para outra condição, como a demência.

O Alzheimer tem esse nome em homenagem ao neurologista alemão Alois Alzheimer, que foi o primeiro médico a descrever a patologia, com seus sintomas e detalhes.

### Quem pode sofrer de Alzheimer?

De forma geral, o mal de Alzheimer atinge os pacientes de mais idade, sendo que menores de 65 anos de idade também podem ter a doença. Nesses casos, a condição é chamada de Alzheimer precoce.

### O que é Alzheimer precoce?

Alzheimer precoce é o termo utilizado para designar pacientes com menos de 65 anos de idade que passam a apresentar alguns dos sintomas dos estágios iniciais do mal de Alzheimer.

### Quais são as causas de Alzheimer?

Há algumas hipóteses existentes, que vão desde a deficiência de enzimas e proteínas até uma exposição exacerbada ao alumínio e a outros produtos químicos, que acabam por se depositar no cérebro. No entanto, ainda não se tem certeza sobre as causas do mal de Alzheimer.

### O Alzheimer é hereditário?

O Alzheimer não é hereditário, mas alguns casos precoces podem passar de geração em geração, sendo necessário um acompanhamento mais ativo e enérgico desses pacientes.

### Quais são os estágios do mal de Alzheimer?

Por se tratar de uma doença degenerativa, cujos sintomas tendem a piorar conforme o tempo passa, os médicos dividiram a evolução do mal de Alzheimer em quatro estágios diferentes, para permitir um melhor acompanhamento do paciente.

Para saber mais sobre os quatro estágios do mal de Alzheimer, leia a seção de sintomas deste artigo.

### Quais são os sintomas do mal de Alzheimer?

Os sintomas do Alzheimer são separados por fases, já que as etapas da doença envolvem quadros clínicos diferentes.

O primeiro estágio, de forma geral, também é quando se apresentam os primeiros sintomas.

Nessa fase, o paciente pode demonstrar:

- comprometimento da memória, até mesmo para atividades que acabaram de acontecer;
- dificuldade de aprendizado;
- se perder em locais familiares;
- dificuldade para tomar decisões;
- perda de interesse nas atividades que antes eram prazerosas;
- mudanças de humor;
- alteração na personalidade;
- mudanças nas habilidades visuais e espaciais.

Na segunda fase do Alzheimer, o paciente:

- apresenta dificuldade de falar;
- deixa de conseguir morar sozinho;
- pode ter alucinações;
- pode se perder até mesmo dentro de casa;
- repete constantemente as mesmas perguntas;
- apresenta agressividade;
- apresenta problemas de coordenação motora, que acarretam em dificuldades para realizar tarefas simples;

• apresenta agitação constante.

A terceira fase do Alzheimer pode abarcar:

- incontinência urinária e fecal;
- dificuldade para se alimentar e engolir;
- comportamento inapropriado em público;
- não conseguir entender o que acontece ao seu redor;
- resistência em cumprir atividades diárias;
- deficiência motora, inclusive com dificuldade para caminhar e uso de cadeira de rodas.

A quarta fase do Alzheimer é considerada a fase terminal, sendo que nessa etapa o indivíduo pode apresentar:

- mutismo;
- não reconhecer familiares, amigos ou objetos conhecidos;
- restrição de leito por dificuldade completa de movimentos;
- infecções constantes.

### Como é feito o tratamento do mal de Alzheimer?

A doença não tem cura e, de forma generalista, os remédios para Alzheimer são indicados para auxiliar no ganho de sobrevida do paciente, retardando o surgimento de novos sintomas ou usando medicamentos para amenizá-los. Para saber quais medicamentos usar para amenizar os sintomas do Alzheimer, é preciso consultar um médico.

### Como prevenir o mal de Alzheimer?

Manter uma dieta equilibrada e saudável, praticar atividade física adequada para a idade com constância e evitar o tabagismo e o alcoolismo, além de tratar e prevenir condições cardiovasculares, como o diabetes, o colesterol alto e a hipertensão pode ajudar na prevenção do mal de Alzheimer.

Além disso, manter o cérebro ativo sempre, fazendo palavras cruzadas ou testes cognitivos de raciocínio lógico, também ajuda.

É importante observar a importância do convívio social, das trocas com amigos e familiares e dos vínculos afetivos. Esse equilíbrio é importante não só para prevenir o mal de Alzheimer, mas também para a saúde mental na terceira idade.



# RELIGIOSOS SÃO TIAGUENSES NATIVOS - PERÍODO COLONIAL-IMPERIAL

## 1. PE. JOSÉ DOS SANTOS DE FARIA

Pe. José dos Santos de Faria era filho do Cap. Pedro Rodrigues de Faria e D<sup>a</sup> Ana Maria de Jesus, proprietários e moradores da Fazenda Retiro das Laranjeiras, aplicação de São Tiago. Pe José dos Santos de Faria foi batizado a 01-11-1788 na capela de São Tiago (jurisdicionada à matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del-Rei), pelo Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho, sendo padrinhos Gerônimo José Martins e Izabel do Rosário. (Livro de batizados nº 9, fls. 289v). Recebeu de sua avó paterna, Izabel do Rosário, 820\$000 em terras para seu patrimônio, incluindo a Capoeira da Cachoeira<sup>(1)</sup>.

Seus pais casaram-se aos 22-11-1784 na capela de São Miguel do Cajuru, sendo testemunhas Gonçalo Correa Neto e Bernardo Homem da Silveira. O Cap. Pedro Rodrigues de Faria era natural e batizado aos 08-02-1761 na matriz de São José Del-Rei (Tiradentes) e faleceu aos 09-08-1823, com testamento lavrado na Fazenda Retiro das Laranjeiras aos 04-02-1819. Por sua vez, D<sup>a</sup> Ana Maria de Jesus, filha de Caetano de Carvalho Duarte e Catarina de São José, faleceu aos 03-10-1851 na Fazenda da Carapuça, Aplicação de São Tiago, com testamento redigido aos 26-10-1847 na citada fazenda.

O Cap. Pedro Rodrigues de Faria e Ana Maria de Jesus casaram-se aos 22-11-1784 na capela de São Miguel do Cajuru, cerimônia celebrada pelo Pe. Gonçalo Ribeiro Brito (Livro de Casamentos n. 2, fls. 254).

O Revm<sup>o</sup> Pe. José dos Santos de Faria, falecido aos 15-08-1835 com testamento, era nm de Caetano de Carvalho Duarte, batizado aos 24-12-1702 na igreja de São Miguel de Silveiras, arcebispado de Braga (De Genere de Pe. José dos Santos de Faria) e de Catarina de São José, n. e b. na freguesia de Nossa Senhora das Angustias da Ilha do Faial, bispado de Angra; np de João Rodrigues de Faria (+ 06-03-1805) e Izabel do Rosário (+16-08-1817). Deixou, por herdeiros, filhos havidos em estado clerical<sup>(2)</sup> com Porfíria Umbelina da Conceição e por ele perfilhados, a saber: I. José, nascido em 1829; II. Antonio, nascido em 1831; III. Jerônimo dos Santos de Faria, batizado a 01-03-1832, (Livro de batismos n. 1, fls. 287, matriz de Bom Sucesso), reconhecido por carta de legitimação. Foi Pe. José dos Santos o inventariante de seu irmão o Cap. Pedro Duarte de Faria, proprietário da Fazenda da Carapuça, falecido aos 27-03-1832.

**IRMÃOS** - Além do Pe. José dos Santos de Faria, o casal Cap. Pedro Rodrigues de Faria e Ana Maria de Jesus teve os filhos:

- 1. Cap. Pedro Duarte de Faria, abastado proprietário da Fazenda da Carapuça, batizado aos 26-11-1786 na capela de São Tiago, falecido aos 27-03-1832 na citada fazenda. Recepcionou, em sua fazenda, o botânico francês Saint-Hilaire, quando da passagem deste pela região em março de 1819.

- 2. Pe. Silvestre Antonio de Faria.

- 3. Cap. Manoel Caetano de Carvalho, batizado aos 24-06-1792 na capela de São Tiago. Casou aos 10-02-1817 na matriz de Bom Sucesso com Venância Maria de Jesus, filha de Domingos Monteiro Lopes e Mariana Tereza de Jesus (família "Monteiro Lopes"). Foram proprietários da Fazenda da Ponta em Bom Sucesso. O Cap. Manoel Caetano faleceu, sem testamento, aos 09-08-1866 e D<sup>a</sup> Venância Maria aos 27-02-1840.

- 4. Maria Marcelina de Jesus, batizada aos 17-11-1794 na capela de São Tiago; foi casada com Francisco Antonio de Carvalho.

- 5. Izabel Felisbina de Jesus, batizada aos 02-01-1802 na ermida de Nossa Senhora do Rosário das Laranjeiras, aplicação de São Tiago; casada com André de Souza Monteiro, filho de Domingos Monteiro Lopes e Mariana Tereza de Jesus.



Pe. José dos Santos de Faria

- 6. Pe. Antonio José de Faria, batizado aos 29-06-1804 na ermida de Nossa Senhora do Rosário das Laranjeiras; com 22 anos em 1823 (inventário paterno).

- 7. Petronilha Carolina de Jesus batizada aos 20-02-1825 na ermida de Nossa Senhora do Rosário das Laranjeiras; casada com José de Sá Rocha e foram proprietários da Fazenda Vão do Jacaré, onde D<sup>a</sup> Petronilha faleceu em outubro de 1836.

D<sup>a</sup> Ana Maria e Cap. Pedro Rodrigues tiveram oito filhos herdeiros, sendo que apenas quatro herdaram no inventário materno por si ou por herdeiros. O casal teve mais dois filhos, não citados no inventário paterno (1823) provavelmente falecidos na infância.

1. Joaquim, batizado aos 12-12-1796 na capela de São Tiago, sendo padrinhos Francisco de Carvalho Duarte e Izabel do Rosário, naturais desta freguesia;

2. Ana, batizada aos 05-02-1799 na capela de São Tiago, sendo padrinhos João Rodrigues de Faria e Tomásia Maria, naturais desta freguesia.

**OUTROS PRIMOS SACERDOTES** - D<sup>a</sup> Ana Maria de Jesus era irmã de Tereza Maria Duarte, c/c Gonçalo Correa Neto, pais dos sacerdotes Pe. Gonçalo Correa de Carvalho e Pe. Izidoro Correa de Carvalho (1770-1840) e proprietários da Fazenda Engenho da Paciência, aplicação de Santo Antonio do Rio das Mortes Pequeno.

Pe. José dos Santos de Faria faleceu aos 15-08-1835 em sua Fazenda das Laranjeiras, aplicação de São Tiago, freguesia e termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, sendo seus inventariantes em 1<sup>o</sup> lugar o Ten. José Alves Madeira e Pedro Joaquim da Cruz "ambos unidos em um corpo", em 2<sup>o</sup> José Joaquim de Faria e em 3<sup>o</sup> Venância José Vivas, com testamento lavrado na citada fazenda aos 12-08-1835. Sepultado na igreja de São Tiago. Inventário aberto aos 14-10-1835. Reconheceu, como já anotado, 3 filhos havidos com Porfíria Umbelina da Conceição, sendo dois em 1832 e o terceiro em 1835<sup>(3)</sup>.

**Bens de raiz:**

- Fazenda de cultura denominada "Laranjeiras" que se compõe de 190 alqueires de cultura em divisas com a fazenda do Cap. João Ignácio de Faria, fazendas da Sesmaria, Boa Vista, Carapuça e Engenho "e com quem mais deva e haja de partir" - 6:362\$000.

- Um retiro – 150\$000.
- Benfeitorias do terreno compostas de casas de vivenda, engenho de pilões, paiol, chiqueiro, senzalas, casas de cômodos, moinho, casa de queijos tudo coberto de telhas, currais cercados de pedras – 1:500\$000.

Pe. José determinou, em testamento, que “o meu corpo, envolto em vestes sacerdotais, será sepultado na capela de São Tiago” (Testamento/Inventário de Pe. José dos Santos de Faria – ano 1835 – Cx. 445 – IPHAN/MRSJDR).

Segundo a historiadora Edriana Nolasco, Pe. José dos Santos de Faria “se opôs à freguesia de Bom Sucesso que havia se desmembrado da vila de São João Del-Rei em 1826. No entanto, esse documento está incompleto não apresentando mais informações sobre o processo” – Processo de Oposição do Pe. José dos Santos de Faria – 1826 – AEAM, armário 19, pasta 0767 (Nolasco – “Por fragilidade humana: constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos” UFSJ, 2014, p. 75).

“No tratamento e análise das fontes, percebemos algumas vezes, além da presença de filhos e mulheres, outros parentes destes, também se fizeram parte do circuito familiar do clero. No caso do Padre José dos Santos Faria, falecido em 1835, observamos a presença da bisavó de seus filhos em dois momentos importantes, cuidando dele

em sua enfermidade e no procedimento do inventário, certamente zelando pelo benefício de seus bisnetos. Segundo consta no mesmo inventário: “estive na casa do finado Padre José dos Santos como enfermeira durante sua enfermidade, que lá estive 19 dias (...)” Dona Joana Teodora, bisavó dos órfãos – A mesma estivera na casa do padre e além de cuidar do mesmo em sua enfermidade, também cuidou de seus bisnetos, confeccionando roupas para eles e ainda fez diversas compras na conta do Padre José dos Santos, conforme lista no inventário. Dessa forma, podemos concluir que Dona Joana Teodora atuava com autonomia nos negócios do padre, fazendo contas relativas à sustentação de seus filhos. No Auto de Contas de Tutela, tanto em 1848 quanto em 1852, consta que ambos os filhos do Padre José dos Santos, Antônio e Jerônimo, aprenderam a ler e escrever e se ocupavam na lavoura na fazenda herdada de seu pai. Uma vez mais, notamos a evidência da boa educação que os filhos dos padres recebiam, bem como constatamos a continuidade na atividade econômica exercida pela família – Inventário de Pe. José dos Santos de Faria – 1836 – cx. 445 – IPHAN/MRSJDR, fls. 58, 75, 96 (Nolasco, op. cit. pp 144/145).

Além de sacerdote e opulento fazendeiro, Pe. José dos Santos de Faria exerceu funções políticas, como a de vereador eleito à câmara municipal da vila de São José<sup>(4)</sup>.

#### FONTES:

- Inventário Cap. Pedro Rodrigues de Faria, ano 1823, Cx. 497 – Iphan/MRSJDR / Inventário Ana Maria de Jesus – ano 1852 – cx. 108 – IPHAN/MRSJDR).
- Projeto Compartilhar: “Os Faria de Bom Sucesso” / “Pedro Rodrigues de Faria e Ana Maria de Jesus”.
- “De Genere et Moribus de Pe. José dos Santos de Faria – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – armário 15, pasta 1052)
- “Testamento e inventário de Pe. José dos Santos de Faria – 1836 – Cx 445 Iphan/MRSJDR).
- Informações/pesquisas gentilmente repassadas pelo historiador Vinicius Mata Oliveira, a quem, uma vez, somos reconhecidos.

#### NOTAS

(1) A Fazenda das Laranjeiras até 1817 estava na posse de D. Isabel do Rosário, viúva do Cap. João Rodrigues de Faria, dono da sesmaria. Em seu testamento (1812) D. Isabel do Rosário passou “...escritura de doação a meu neto José dos Santos de Faria para efeito de se ordenar, uma capoeira de açude donde são o rego de água para esta fazenda, compreendendo mais a Capoeira da Cachoeira e outras mais pequenas, confrontantes com o valo que divisa o Capitão José Gonçalves de Mello, cujas confrontações melhor constam da mesma escritura, isto para nas ditas terras fazer o seu patrimônio, que foram avaliadas em oitocentos e vinte mil réis cuja quantia será levada em conta na minha terça e dela se tirarão porque as doei muito de minha livre vontade e ao dito meu neto pertencem sem dúvida alguma” (Historiador Vinicius Mata).

(2) Em seu testamento lavrado na Fazenda da Carapuçã aos 26-10-1847, redigido pelo Pe. José Mendes dos Santos, a pedido da testadora, por ela se afirmar iletrada, assim se expressa D<sup>a</sup> Ana Maria de Jesus: “Declaro que havendo sido citada pelo falecido filho Pe. José dos Santos para dizer se queria ou não desistir de sua herança, a fim de poder o mesmo instituir herdeiros a seus filhos ilegítimos, havidos já em estado clerical, declarei que desistia dela, mas não foi nunca a minha vontade que os mesmos herdem meus bens, sendo já disso excluídos por direito.

*Portanto, declaro que os não reconheço por meus netos e menos sucessíveis nesta qualidade”.*

(3) Em seu testamento, datado de 12-08-1835, Pe. José dos Santos de Faria declarou ser filho legítimo do Cap. Pedro Rodrigues de Faria, já falecido, e de D. Ana Maria de Jesus; que era natural e morador na Fazenda das Laranjeiras, aplicação de São Tiago, filial da matriz de Bom Sucesso, termo da vila de São José; distribuiu inúmeros valores e esmolas a familiares, reconheceu os seus três filhos, a quem legou seus bens patrimoniais, determinando ainda que seu corpo “envolto em vestes sacerdotais será enterrado na capela de São Tiago” (Testamento e inventário de Pe. José dos Santos de Faria – ano 1835 – Cx. 445 – MRSJDR).

(4) Segundo ainda a historiadora Edriana Aparecida Nolasco, Pe. José dos Santos de Faria “viveu com seus filhos reconhecidos em testamento na Fazenda das Laranjeiras, na qual desenvolveu diversas atividades. Entre as atividades e bens, destacavam-se tendas de ferreiro; 139 muareles que moviam tropas; bancas de queijos e seus aparelhos, viabilizadas por 213 gados vacum mais 158 bois e garrotes e 150 suínos. Todos esses animais e as demais atividades da fazenda demandavam os serviços de 48 escravizados que ali existiam. À diversidade das ocupações atestadas também pela presença de “ornamentos e preparos da igreja”, acrescentava-se sua atuação política como vereador eleito da Câmara da Vila de São José, função atestada por uma multa aplicada nos seguintes termos: “O falecido Reverendo José dos Santos de Faria à Câmara Municipal desta Vila deve, pelo que foi multado pela Câmara, em conformidade da portaria de 20 de Julho de 1833, por ser convocado por duas vezes e não compareceu como vereador eleito”. À vista de tudo isso, pressupõe-se que este padre tenha priorizado os negócios demandados pela fazenda, o sacerdócio e a paternidade e “negligenciado” suas funções na política local. Seus filhos aprenderam a ler, escrever e contar e trabalhavam na lavoura da casa, conforme atestado nos autos de contas feitos pelo tutor” (“Sob o signo da fragilidade humana – em nome dos padres e filhos – famílias de clérigos em Minas Gerais – século XIX” B. Horizonte, UFMG, 2022, p. 224).



## São-Tiaguenses Notáveis

# Professor José Francisco Campos

José Francisco nasceu em um povoado próximo a Mercês de água Limpa, em 13 de outubro de 1931. Era de família humilde e seus pais Francisco Luiz e Maria Eulália tiveram três filhos: Antônia Luiza, Luiz Tiago e José Francisco. Sua mãe faleceu quando ele tinha três anos. Então junto ao seu pai e irmãos, começou a trabalhar muito cedo na zona rural. Mais tarde, veio para a cidade, fez o primário no Grupo Escolar “Afonso Pena Júnior” e depois estudou por um tempo em Mariana.

Casou-se com a professora Maria da Conceição Sena, irmã de nosso querido saudoso Monsenhor Eloi, ficando casados por 49 anos e aos 71 anos ficou viúvo. Desta união tiveram oito filhos: Maria Gláucia, José Elcio, Helvécio, Geraldo Délcio, Maria Enila, Tânia, Rosângela e Hélder.

Trabalhou na fundação do Ginásio e Colégio Santiaguense e exerceu a função de professor de matemática por muitos anos em todas as séries. Dominava a matéria como ninguém. Todos os estudantes em São Tiago, na época, tiveram privilégio de ser aluno do Sr. Zé Francisco.

Homem de porte fino, cortês, fala mansa, olhar atento, muito educado, atencioso com todos e de um sorriso largo. Trajava-se com elegância, terno alinhado, sapatos engraxados, cabelos lisos bem peteados. Não dispensava um dedo de prosa com seus amigos: Chico Luiz, Zezé do Cartório, João Pinto, amigos da farmácia do João Reis etc. Era visto em todos os eventos sociais e religiosos da comunidade.

Era católico fervoroso e muito contribuiu nos trabalhos da Igreja. Gostava de ler e escrever deixando muitos poemas e textos escritos por ele. Adorava conversar com as pessoas mais idosas para conhecer a vida e ouvir suas histórias. Faleceu aos 80 anos deixando 8 filhos, 17 netos e 12 bisnetos.

Homenagem de sua filha Maria Gláucia:

“Saudades de tempos que se foram!

Tempo de criança.

Do amor e carinho verdadeiro pai.

Homem de caráter íntegro e que tinha muito amor no coração.



Foste meu amigo, meu protetor, meu herói!  
 Que soube me educar e me preparar para a vida.  
 Me fez uma pessoa de bem, voltada para o amor a Deus é o próximo.

Mas um dia partisse para junto do pai e ficou com saudade e os bons exemplos que deixou.

Sei que estás face a face com Deus a velar, proteger cada um dos seus filhos.

E eu só tenho a agradecer por tudo.

Tu foste você continua sendo meu raro diamante.

Obrigado pelo seu amor e carinho! Esse texto foi pedido do seu João Pinto em homenagem ao seu grande amigo.”

Gratidão ao Sr. Francisco por tudo!

**Maria Elena Caputo**  
 Membro do IHGST

## Capela Padre Gaspar

Claudir Carvalho

A igreja de Nossa Senhora do Pilar é um monumento tombado pelo município de Tiradentes, através da Lei Orgânica, de 1990. Trata-se de uma edificação da primeira metade do século XVIII, construída pelo Padre Gaspar da Silva Pimenta. Segundo a lenda, três padres irmãos percorreram a região para edificar igrejas. O primeiro construiu a Igreja de N. Sra. do Livramento (hoje pertencente ao município de Prados); o segundo a de N. Sra. do Pilar em Padre Gaspar e o terceiro a da Santíssima Trindade. Sendo que, de acordo com determinadas condições climáticas, de uma se avista a outra, formando um triângulo.

A edificação é característica de área rural, com fachada simples em oitão e telhado em duas águas. No interior, o altar-mor é em estilo barroco, com detalhes dourados e com acréscimos do final do século XVIII. O forro da capela-mor é pintado, destacando-se ao centro uma cena com a Assunção de Nossa Senhora que, pelas características e materiais pictóricos, deve ser do século XIX e de autoria desconhecida. Há um altar lateral de madeira recortada e pintada, que era dedicado a N. Sra. do Rosário, instalado onde agora se encontra uma curiosa imagem de São Sebastião. Ainda uma balastrada

torneada em jacarandá, com dois confessionários, um púlpito com pinturas marmoreadas e uma pia batismal em pedra arenítica são peças que se destacam no conjunto. Os materiais construtivos são: taipa, madeira, pedra seca, xistos e arenitos.

Na lateral da igreja de N. Sra. do Pilar existe um túmulo, com uma bela escultura de anjo alado em mármore branco. Nos fundos, encontra-se o cemitério, com destaque para um túmulo com uma escultura de anjo-menino e cruzeiros em ferro batido. E do alto dela podemos contemplar uma das mais belas paisagens da região, com a várzea do rio Elvas, a Serra de São José e a Serra do Lenheiro, em São João del Rei. Do lado oposto da igreja, no meio de uma colina, foi instalado um cruzeiro, com os símbolos da crucificação de Cristo.

O templo passou por reformas, algumas bastante comprometedoras. Na reforma de 1936/39, padre José Bernardino abriu arcos plenos nas paredes de taipa da capela-mor e encomendou uma repintura, de gosto bem popular e padronizada, realizada por Francisco Cesário Coelho (intervenção muito próxima à executada na Igreja de São Francisco de Paula). Trocou as telhas de calha por telhas francesas, retirou o piso de madeira e colou um de ladrilho hidráulico. Depois, construiu a torre lateral com volumetria acentuada, desproporcional ao tamanho da igreja. Na década de 1970, o padre Lourival de Salvo Rios substituiu o piso de ladrilho hidráulico por piso de marmorite rosa. No final da década de 1990, quando a igreja estava em processo de tombamento municipal, a prefeitura de Tiradentes fez a reforma

do telhado. O adro foi pavimentado com pedras da Serra de São José. Embora as intervenções tenham comprometido a estrutura do monumento, foram elementares para sua existência. Provavelmente, sem elas, a igreja teria se transformado em ruínas.

Em 1964, a igreja foi saqueada. Levaram várias peças, inclusive a imagem da padroeira, que foi recuperada em um antiquário no Rio de Janeiro, pelo padre Jair Rodrigues Vale e o zelador José Elpídio do Nascimento. Infelizmente, as outras peças não tiveram a mesma sorte. O artista popular Antônio Gomes esculpiu duas peças para os nichos do altar-mor: N. Sra. dos Remédios e São João Batista.

A obra de restauro da igreja só foi possível através de apoio do BNDES. O monumento estava bastante comprometido por ataques de cupins, goteiras, umidade e rachaduras. Durante o processo de restauração foram realizadas “visitas guiadas” ao monumento, sob a coordenação do projeto Educação Patrimonial, também apoiado pelo BNDES, fundamentais para despertar o senso de pertencimento e responsabilidade pela preservação e conservação da edificação, que além de monumento de devoção e fé, tem inestimável valor para a identidade, história e cultura locais.

A igreja de N. Sra. do Pilar, de Tiradentes, foi entregue devidamente restaurada à comunidade do Elvas, no dia 2 de agosto de 2014, com uma singela solenidade e bênção. Foi apresentado um documentário sobre o restauro e a necessidade de fazer sua manutenção.

Sua localização

Região de Padre Gaspar

Área do distrito do Elvas e Caixa D'Água da Esperança, Tiradentes/ Minas Gerais



Capela de Nossa Senhora do Pilar do Século XVIII na comunidade rural do Elvas em Tiradentes - MG

## São tiago e a devoção a Nossa Senhora do Pilar

A devoção a N. Sra. do Pilar é muito antiga, surgiu quando o apóstolo São Tiago recebeu a incumbência de levar o nome de Cristo às províncias romanas da Espanha. Segundo a tradição, a Virgem Maria teria lhe pedido para ir, converter o maior número de almas e edificar um templo naquela região. Foi na cidade de Saragoza, às margens do rio Ebro, que seu trabalho teve mais êxito. Certa noite, ele ouviu vozes angelicais e se ajoelhou sobre um fragmento de uma coluna de mármore. Então, Nossa Senhora aproximou-se e lhe indicou o lugar para construir uma igreja, pedindo-lhe que colocasse o fragmento da coluna no altar. Tiago agradeceu a Maria pela ubiquidade, pois ela ainda estava viva. Essa foi considerada a primeira aparição de Nossa Senhora. Ajudado por oito rapazes, Tiago iniciou a obra da igreja, colocando o fragmento da coluna no altar. Tempos depois, surgiu a devoção a N. Sra. do Pilar, que é venerada como padroeira da Espanha. No Brasil, seu culto é tradicional, especialmente nas vilas setecentistas. Ela é padroeira de muitas cidades como São João del Rei, Ouro Preto, Olinda, Recife, Curitiba e outras localidades.





# Horóscopo chinês:2023 é o ano do Coelho; saiba o que significa

Ano novo chinês tem início em 22 de janeiro de 2023 e tem o coelho como símbolo; segundo André Mantovanni, ano promete mais gentileza e serenidade

## André Mantovanni

O ano chinês é medido com base no calendário lunar e corresponde a 12 ciclos da Lua. O próximo ano novo chinês tem início em 22 de janeiro de 2023 e termina em 9 de fevereiro de 2024. Após um período agitado regido pelo Tigre em 2022, o ano do Coelho promete mais gentileza e serenidade.

O Coelho simboliza beleza e boa sorte no zodíaco chinês, portanto, esse promete ser um ano de felicidade para a maioria das pessoas. As coisas estão se recuperando e a vida tende a melhorar.

Esse será um ano cheio de emoções positivas e excelentes circunstâncias para qualquer tipo de relação. É importante contemplarmos tudo o que aconteceu no último ano com empatia e generosidade com aqueles que nos rodeiam.

Sendo um ano sóbrio e com um ritmo tranquilo, descanso, trégua e desafios intelectuais tornam-se as principais tarefas deste ano novo chinês regido pelo Coelho. Individual e coletivamente, é hora de curar feridas, readquirir o equilíbrio interior e fazer planos para o futuro.

## SIGNIFICADO DO COELHO

Na astrologia chinesa, o Coelho simboliza paciência e sorte, o que significaria que ele trará o que faltou no último ano: paz e sucesso! Um ano de diplomacia e graça, em total oposição ao cansativo ano do Tigre (2022).

Todos serão atraídos pelo valor em vez da velocidade. Fazer as coisas com qualidade e em harmonia serão prioridades. Circunstâncias estressantes vão se afrouxar, e negócios e atividades comerciais tendem a prosperar.

A influência do Coelho irá temperar aqueles muito impulsivos ou aqueles com a cabeça nas nuvens. É por isso que, pensando duas vezes antes de agir, conseguiremos realizar todos os nossos planos com sucesso. É aconselhável estarmos atentos para não deixarmos boas chances e oportunidades passarem por nós. O Coelho pode ser hesitante, excessivamente cauteloso e o primeiro a fugir de um perigo detectado. É preciso saber

diferenciar os desafios que trazem crescimento das armadilhas.

O ano do Coelho trará transformação, mas uma sombra de solidão também será percebida. Embora a introspecção possa ser uma força, a fraqueza do Coelho por analisar demais os problemas pode tender ao pessimismo e ao auto isolamento. Portanto, é aconselhável ter cuidado com qualquer excesso de imaginação e melancolia. É importante ter o cuidado de mostrar tolerância diante de possíveis afrontas que se possa sofrer, mantendo-se lúcido e alerta diante dos próprios desejos súbitos.

De acordo com o Horóscopo Chinês, 2023 será um bom momento para todos os signos do zodíaco. Esse promete ser um ano de sucesso profissional e avanço, mas isso também requer esforço e compromisso sério. Com seriedade poderemos realizar tudo o que nos propormos a fazer. As parcerias comerciais também são benéficas, mas não devemos adiar as tarefas chatas e os assuntos desagradáveis.

No geral, o mundo inteiro se beneficiará no ano do Coelho. Conseguiremos ser autoconscientes o suficiente para evitar decisões precipitadas, pensando antes de agir. Geralmente esses são períodos de observação e introspecção. Assim, o ano do Coelho revela a todos os momentos mais favoráveis para encontrar as respostas mais adequadas à nossa busca pessoal de evolução.



## Agradecemos a mensagem recebida



*Nasceu-nos hoje um Salvador,  
que é o Cristo- Senhor!*

*Equipe do Jornal,  
Quero agradecer pelos jornaiz de  
São Tiago a mim enviados.  
Que Jesus menino os abençoe e  
o Divino Espírito Santo derrame  
sobre vocês o dom da sabedoria  
e da verdade. Parabéns!*

*Santo Natal!*

*Feliz Ano Novo!*

*Monja:  
Lz. M<sup>re</sup> da Paz do  
Coação de Jesus.*

*(Mariinha - Professora)*

*Natal-2022*



## SR. JOSÉ IVAN DOS REIS

vulgo "Vando do Posto de Gasolina"

★ 11 de março de 1956

✝ 04 de janeiro de 2023

Com pesar registramos o falecimento, dia 04 de janeiro último, do Sr. José Ivan dos Reis – vulgo "Vando do Posto de Gasolina", cidadão trabalhador, idôneo, responsável, ético em todos os níveis, seja como profissional, pai de família, atuação na sociedade. Sempre de bom humor, respeitoso, dedicado – uma grande perda para toda a comunidade. Nossa solidariedade aos familiares.

## DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO ABAIXO A RITÁPOLIS

O povoado que deu origem à cidade de Ritápolis começou a surgir no fim do século XVII, quando bandeirantes à procura de ouro e pedras preciosas invadiram os sertões de Minas, derrubando matas, plantando roças e formando povoados.

Descendo pela margem esquerda do Rio das Mortes, alguns desbravadores encontraram ouro no lugar denominado Rio Abaixo e assim foram formando ranchos, construções de casas de pau-a-pique com cobertura de sapé e plantações de alimentos, dando origem à Fazenda do Rio Abaixo, dotada de casa grande, senzala e capela.

À margem direita do rio, na mesma época, foi construída a Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, com cemitério anexo, local hoje em pesquisa dentro do município de Ritápolis, denominado provisoriamente pelo IPHAN como Sítio Arqueológico Cemitério de São Sebastião.

Com a notícia de ouro às margens do Rio Abaixo, foram chegando outras famílias e seus escravos, que também promoveram a construção de diversas fazendas. Uma dessas famílias construiu, a algumas léguas da Fazenda do Rio Abaixo, a Fazenda do Pombal, com senzala, engenho e uma capela, dedicada ao padroado de Nossa Senhora d'Ajuda. Nessa fazenda nasceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

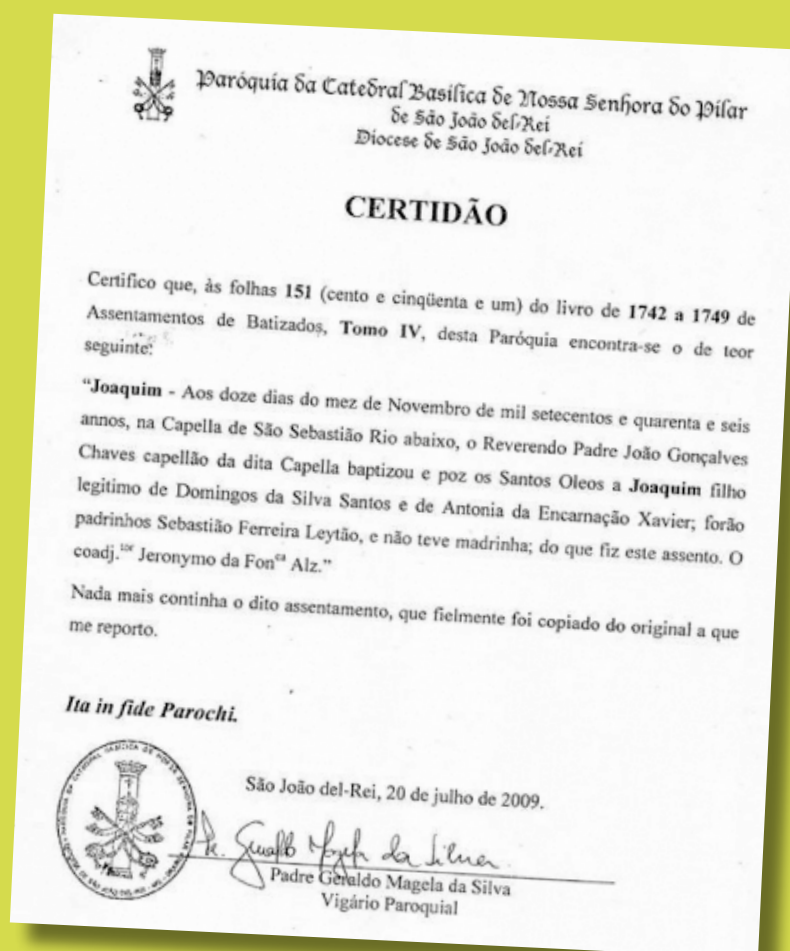
Alguns padres construíram suas fazendas com senzalas, capelas e grandes engenhos de açúcar, algumas existentes até hoje, como Mato Dentro, São Miguel e Cachoeira, por exemplo.

Os ritapolitanos mais idosos contavam histórias de bisavós índias que foram capturadas a laço pelos invasores e afirmavam que o povoado já se chamou São Sebastião do Rio Abaixo, informação encontrada também nos livros paroquiais.

Os fazendeiros gostavam de celebrações religiosas, principalmente a Semana Santa na Capela de São Sebastião, e faziam, ao seu entorno, casas, vendas e estalagens com pastos fartos para os animais. Algumas casas eram de pau-a-pique com cobertura de sapé, mas outras eram de pedra ou de adobe, grandes, com telhado e muros de pedra. Com isso, a capela tornou-se pequena demais. Fazendeiros e moradores do povoado pediram licença para construir uma nova capela. Licença concedida, iniciaram a obra em pedra, que corresponde ao fundo do atual Santuário. O altar estava sendo preparado para receber São Sebastião, mas, como a capela da Fazenda do Rio Abaixo já se encontrava bastante danificada, seus moradores doaram a imagem de Santa Rita para a nova capela. E São Sebastião perdeu o trono para a Santa Rita, lá do Rio Abaixo. Por isso, o pequeno povoado, pouco a pouco, ficou conhecido pelas redondezas com esse nome.

O povoado, que pertenceu às Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, recebeu o nome de Santa Rita do Rio Abaixo, Ibitutinga e, novamente, Santa Rita do Rio Abaixo. Em 1963, emancipou-se do Município de São João del-Rei, recebendo o nome de Ritápolis, que significa "cidade de Rita".

**Neide Guimarães**



Fonte da foto: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=541431175938081&set=g.400245383429482&type=1&theater>